

Mestrado
Desenvolvimento e Cooperação Internacional
Instituto Superior Economia e Gestão

Trabalho Final de Mestrado

Relatório de Estágio

Ministério dos Negócios Estrangeiros na Direção-Geral de
Política Externa na Direção de Serviços para os Assuntos de
Segurança e Defesa na Divisão de Desarmamento e Não-
Proliferação

**A instabilidade política no Irão entre 2015-2025
e os seus efeitos na escalada armamentista e na
segurança regional**

Orientação

Professor Doutor Eduardo Moraes Sarmiento

Mestre Eurico Manuel Curates Rodrigues

Discente: Sofia Maria Magalhães

2024-2025

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
Lista de siglas e abreviaturas	6
Introdução	8
1.1 Justificação do tema e relevância do estudo	8
1.2. Estrutura do relatório	9
1.3. Objetivos da investigação	10
Capítulo 1- Enquadramento teórico “Instabilidade Política”	11
Capítulo 2- Estágio	17
1. Enquadramento do Estágio	17
2. O Desarmamento e a Não-Proliferação no Sistema Internacional	21
2.1. Conceitos e princípios do desarmamento e não-proliferação	21
2.2. Principais tratados e regimes internacionais (NPT, JCPOA, FMTC)	24
2.3. O papel das grandes potências na arquitetura de desarmamento (P5, E3)	30
3. A Escalada Armamentista do Irão	31
3.1. Enquadramento do Programa Nuclear	31
3.2. Programa Balístico e Drones	36
4. O Papel dos Drones na Estratégia Militar do Irão	41
4.1. O crescimento do uso de drones militares no Médio Oriente	41

4.2. Capacidade tecnológica e estratégias de drones iranianos	43
4.3. Sanções, implicações para a segurança regional e a estabilidade geopolítica	45
Conclusão e Recomendações	51
1.1. Conclusão	51
1.2. Sugestões para futuras pesquisas	54
Bibliografia	56

Agradecimentos

A realização desta tese representou um percurso desafiante e enriquecedor, que não teria sido possível sem o apoio e contributo de várias pessoas e instituições, às quais expresso o meu mais profundo agradecimento.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus orientadores, Professor Doutor Eduardo Moraes Sarmiento, e Mestre Eurico Rodrigues, pela orientação científica, disponibilidade constante, e pelas valiosas sugestões que contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço ao Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), pela oportunidade de integração e pela partilha de conhecimento, que muito enriqueceu a minha perspetiva académica e profissional.

Agradeço ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, especificamente à Direção-Geral de Política Externa (DGPE), pela oportunidade de poder estagiar na Direção de Serviços para os Assuntos de Segurança e Defesa (DSD) - Divisão de Desarmamento e Não-Proliferação (DNP), salientando e agradecendo particularmente ao Dr. José Pires por toda a partilha de conhecimento e prontidão em esclarecer sempre o necessário.

Aos meus colegas e amigos, particularmente, aos da Faculdade de Letras e do ISEG, que me apoiaram ao longo do percurso: à Ana Rita Martins, à Mariana Simões e à Teresa Marcelino que me incentivaram e motivaram sempre que necessário; e ao Francisco Cabral, tanto pelo apoio incondicional, reconforto e companheirismo, como pela ajuda em todo o processo, deixo um agradecimento especial.

À minha família, em particular aos meus Pais, à minha Irmã e aos meus Avós, pela confiança e motivação ao longo de toda a minha formação, dedico este trabalho com enorme gratidão.

Por fim, agradeço a todas as pessoas e entidades que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste projeto.

Resumo

Este trabalho é o resultado de uma experiência conjunta entre o trabalho de 6 meses no Ministério dos Negócios Estrangeiros, na Divisão de Desarmamento e Não-Proliferação, e o Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, e procura descrever e interpretar a instabilidade política no Irão entre os anos de 2015 e 2025 e como esta contribuiu para a corrida armamentista e para a insegurança regional.

O Médio Oriente (MO) é conhecido pela sua constante instabilidade e conflitos bélicos aparentemente intermináveis, com fatores centrais que alimentam a falta de paz. Alimentada pela instabilidade política, repressão, violência, crescente mal-estar entre os representantes e mal-entendidos diplomáticos, a tensão entre o Ocidente, o Oriente e os países vizinhos deixam a região sob preocupação relativamente à segurança regional e coletiva.

O objetivo deste estudo e investigação é explorar como as tensões políticas internas, as pressões externas e as ruturas diplomáticas – mais notavelmente incumprimento do Irão do Plano de Ação Conjunto Global (*JCPoA*) – aceleraram os desenvolvimentos militares de Teerão, particularmente nas tecnologias de mísseis balísticos e veículos aéreos não-tripulados (UAV).

O estudo contextualiza a instabilidade política, particularmente no Irão, destacando os desafios económicos, as lutas pelo poder entre fações e as sanções internacionais que moldaram os cálculos estratégicos do país. Analisa como as questões internas levaram o governo e os órgãos militares, particularmente a Guarda Revolucionária Islâmica do Irão (IRGC), a priorizar os avanços nos programas de mísseis e nas capacidades dos drones como instrumentos de dissuasão, projeção de poder e guerra assimétrica.

Nota: À data da realização deste relatório os mais recentes acontecimentos entre o Irão, os EUA e Israel ainda não tinham ocorrido. Porém, o relatório está devidamente atualizado até à data de 23 de junho de 2025 não constando mais desenvolvimentos após esse dia.

Palavras-Chave: Instabilidade, Não-Proliferação, Desarmamento, UAV, Mísseis, Segurança, Transparência, Responsabilidade.

Abstract

This work is the result of a joint experience between working for 6 months at the Ministry of Foreign Affairs in the Disarmament and Non-Proliferation Division and the Master's Degree in Development and International Cooperation at the Lisbon School of Economics and Management (*Universidade de Lisboa*), and seeks to describe and interpret the political instability in Iran between the years 2015-2025 and how it affected the arms build-up and regional security.

The Middle East is known for its constant instability and seemingly never-ending war conflicts, with central drivers feeding the lack of peace. Fuelled by political instability, repression, violence, growing unease between proxies, and diplomatic misunderstandings, tension between the West, the East and neighbouring countries has left the region a concern for regional and collective security.

The purpose of this study and research explores how internal political tensions, external pressures and diplomatic ruptures – most notably Iran's non-compliance with the Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA) – have accelerated Tehran's military developments, particularly in ballistic missile and unmanned aerial vehicle technologies (UAV).

The study contextualizes political instability, particularly in Iran, highlighting the economic challenges, factional power struggles and international sanctions that have shaped the country's strategic calculations. It analyses how internal issues have spurred the government and military bodies, particularly the Islamic Revolutionary Guard Corps (IRGC), to prioritize advances in missile programs and drone capabilities as instruments of deterrence, power projection and asymmetric warfare.

Note: At the time of writing, the latest developments between Iran, the US and Israel had not yet taken place. However, the report is duly updated to June 23, 2025, with no further developments after that day.

Keywords: Instability, Non-Proliferation, Disarmament, UAVs, Missiles, Security, Transparency, Accountability.

Lista de Siglas e Abreviaturas

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

APE – Assuntos Políticos Europeus

AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica

BoG – *Board of Governors* (Conselho de Governadores da AIEA)

CAR – *Conflict Armament Research*

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

DGPE – Direção-Geral de Política Externa

DNP – Desarmamento e Não-Proliferação

DSA – Direção de Serviços das Américas

DSD – Direção de Serviços para os Assuntos de Segurança e Defesa

E3 – França, Alemanha e Reino Unido

EUA – Estados Unidos da América

EUNPDC – Consórcio da UE de Desarmamento e Não-Proliferação

FMCT – Tratado de Supressão de Material Físsil (*Fissile Material Cut-off Treaty*)

IA – Inteligência Artificial

IRGC – *Islamic Revolutionary Guard Corps* (Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica do Irão)

ISIS – *Islamic State of Iraq and Syria* (Estado Islâmico do Iraque e da Síria)

JCPoA – *Joint Comprehensive Plan of Action* (Plano de Ação Conjunto Global)

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

MO – Médio Oriente

MOM – Direção de Serviços do Médio Oriente e Magrebe

MRTC – *Missile Technology Control Regime*

NNWS – Estados não detentores de armas nucleares

NWS – Estados detentores de armas nucleares

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

P5 – Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (China, EUA, França, Reino Unido, Rússia)

RH – Recursos Humanos

RPDC – República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte)

SAO – Direção de Serviços da Ásia e Oceânia

SAS – Direção de Serviços da África Subsariana

SEM – Direção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais

SIPRI – Instituto Internacional de Estocolmo de Pesquisa sobre a Paz

SPM – Direção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais

TNP – Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares

UAV – *Unmanned Aerial Vehicle* (Veículo Aéreo Não-Tripulado / Drone)

UE – União Europeia

USEN – Unidade de Sobrevoos e Escalas Navais

ZLAN – Zona Livre de Armas Nucleares

Introdução

1.1. Justificação do tema e relevância do estudo (perguntas de partida)

Atualmente, quando analisamos a situação global há a percepção nítida de uma maior instabilidade que tem tendencialmente vindo a crescer. Da Europa ao Médio Oriente, os conflitos que têm crescido são cada vez mais preponderantes e preocupantes para a estabilidade do mundo.

No cerne dos conflitos, encontra-se um dos que já perdura há mais tempo contribuindo para uma destruição e violência que sugere não ter fim. A guerra entre Israel e o Hamas é cada vez mais, na ordem internacional uma preocupação. Deste modo, e com alguma preocupação questionei-me sobre como é que os conflitos no Médio Oriente parecem nunca ter um fim e manter uma inúmera quantidade de armamento que não desaparece. Como resposta a esta questão surgiu-me um ator importante e conhecido: o Irão.

O estudo da instabilidade política no Irão, e as suas implicações para a escalada de desarmamento e a segurança regional no Médio Oriente, é simultaneamente oportuno e crítico para a compreensão de um dos cenários geopolíticos mais voláteis do mundo. O tema aborda uma questão multidimensional que engloba não só a dinâmica interna iraniana, mas também as suas repercussões numa região já em si instável.

No contexto de uma ordem global em mutação, o Médio Oriente continua a ser um ponto fulcral de reforço militar, rivalidades ideológicas e conflitos não resolvidos, em que o Irão desempenha um papel central.

Neste sentido, a investigação parte de três questões orientadoras: “De que modo a instabilidade política no Irão contribuiu para a escalada do armamento militar”; “Como é que esta instabilidade afetou a dinâmica de segurança regional e os equilíbrios estratégicos?” e “Qual o papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)?”. Estas questões são cruciais para compreender a dupla posição do Irão como força destabilizadora e reativa na geopolítica regional. A década em análise, 2015-2025, testemunhou grandes desafios internos – desde protestos e crises económicas a transições de liderança – coincidindo com desenvolvimentos e alterações militares intensificadas, nomeadamente os programas de mísseis balísticos e drones do Irão.

A compreensão deste fenómeno é particularmente relevante, uma vez que as ações do Irão influenciam não só os seus vizinhos imediatos, mas também as potências internacionais com interesses estratégicos na região. O comportamento estratégico do país, frequentemente enquadrado por imperativos ideológicos e preocupações de segurança, conduziu a um ciclo de armamento e desconfiança que alimenta tensões regionais mais vastas. Ao analisar a forma como a instabilidade política alimenta internamente a militarização do Irão, este Trabalho Final de Mestrado pretende contribuir para o debate académico sobre estudos de segurança, desarmamento e geopolítica do Irão.

Além disso, a relevância deste tema reside nas suas implicações para a diplomacia internacional, os esforços de não-proliferação e a construção da paz. Num período marcado pelo colapso do JCPoA, pela mudança de alianças e pelo aumento da guerra de drones, o Irão constitui um estudo de caso através do qual podem ser analisados padrões regionais mais amplos. Por conseguinte, esta investigação pretende lançar luz sobre a interligação entre a fragilidade política interna e a militarização regional nos assuntos do Médio Oriente.

1.2. Estrutura do relatório

No sentido de explorar de maneira fluída e corrente o tema proposto, a estrutura do relatório prender-se-á numa introdução, dois capítulos e uma conclusão.

Primeiramente, a introdução centra-se na apresentação das perguntas de partida que guiaram a elaboração do relatório e o porquê de o tema ter sido eleito para caso de estudo.

Seguidamente, o segundo capítulo apresenta o enquadramento teórico que explorará o que é a instabilidade política, como é que a mesma se manifesta e quais as consequências, tanto de maneira geral, como enquanto consequência direta para uma escalada armamentista. O mesmo capítulo esclarecerá o desenvolvido ao longo do estágio no MNE, nomeadamente quanto ao período do exercício de funções, o serviço, a organização do mesmo, as atividades desenvolvidas, o responsável e outros assuntos que sejam considerados relevantes.

Ainda subdivididos em grandes tópicos, abordará, de forma preponderante toda a análise do estudo de caso do relatório. Centra-se o estudo de caso e o foco dos objetivos.

O capítulo tem como objetivo explicar e responder de forma simples e clara ao título do relatório “A instabilidade política no Irão entre 2015-2025 e os seus efeitos na escalada armamentista e na segurança regional”.

Por fim, o trabalho apresenta uma conclusão que pretende explicar de forma sucinta as aprendizagens retiradas após a elaboração do relatório bem como sugestões possíveis para futuros estudos relacionados com o tema.

1.3. Objetivos da investigação

No que respeita aos objetivos da investigação, esta visa examinar criticamente a interação entre a instabilidade política interna no Irão e a subsequente aceleração das capacidades militares, particularmente no domínio dos mísseis balísticos e dos UAV. A investigação procura identificar e analisar a forma como as dinâmicas políticas internas – como as tensões do regime, as sanções económicas e o isolamento diplomático externo – contribuem para a procura de tecnologias militares avançadas por parte de Teerão como meio de dissuasão, influência e sobrevivência.

Neste contexto são essenciais os objetivos seguintes:

- Analisar a evolução da instabilidade política no Irão entre 2015 e 2025, com especial destaque para eventos-chave como a retirada dos Estados Unidos da América (EUA) do JCPoA em 2018, as repercussões económicas das sanções internacionais e a agitação e protestos internos;
- Explorar a ligação entre esta instabilidade e o desenvolvimento da doutrina militar do Irão, centrando-se especificamente na proliferação de mísseis balísticos e UAV como ferramentas estratégicas para projetar poder, compensar as fraquezas convencionais e influenciar a dinâmica regional;
- Avaliar as implicações regionais do desenvolvimento militar do Irão;
- Contribuir para uma compreensão mais ampla da relação entre a instabilidade política e as tendências do armamento, oferecendo uma visão do modo como os desafios da governação interna em regimes autoritários podem moldar diretamente a dinâmica da segurança regional e os padrões diplomáticos internacionais.

Ao atingi-los, o estudo espera oferecer uma compreensão diferenciada da forma como as dimensões interna e internacional se entrelaçam no caso do Irão e como isso reflete padrões mais amplos no Médio Oriente relativamente à instabilidade e à proliferação de armas.

Capítulo 1 – Enquadramento teórico “Instabilidade Política”

Este capítulo tem como objetivo explorar e esclarecer, o que é a instabilidade política, as causas e de que maneira é que a mesma afeta e condiciona o desenvolvimento dos países em diversas áreas criando, posteriormente, condições para realidades de tensão e descontentamento.

O conceito de Instabilidade Política é considerado por muitos como um fenómeno amplamente prejudicial ao desempenho de qualquer país, tanto a nível económico, como social, ético moral e psicológico (Aisen & Veiga, 2011).

De maneira breve e sucinta, a instabilidade política refere-se à situação em que um governo, as instituições estatais ou o sistema político em geral são vulneráveis a perturbações súbitas, ou prolongadas que ameaçam a sua capacidade de governação eficaz. Surge normalmente, quando as instituições políticas perdem legitimidade, a governação se torna inconsistente ou repressiva, ou quando há uma elevada frequência de violência política, como golpes de Estado, agitação civil, insurreição armada ou terrorismo (Huntington, 1968).

Existem diferentes causas que podem provocar a instabilidade política. Um Estado de Direito fraco e ausência de controlos e equilíbrios institucionais; corrupção generalizada e falta de responsabilização; descontentamento social e económico, incluindo desigualdade e desemprego; interferência estrangeira ou conflitos por procuração; e lutas pelo poder entre elites políticas ou entre atores estatais e não-estatais; os motivos mencionados são realidades de instabilidade que se apresentam em países como o Líbano que apresenta instabilidade devido ao colapso económico e paralisia política; o Sudão com uma guerra civil entre grupos rivais armados; e o Irão com uma instabilidade de natureza repressiva, de crise económica e de colapso perante o JCPOA (a ser devidamente explorado posteriormente).

A instabilidade política é um fenómeno multidimensional que abrange uma vasta gama de questões, desde as frequentes mudanças de liderança e crises constitucionais até aos protestos violentos, guerras civis e terrorismo. A instabilidade política assinala uma rutura dos mecanismos que normalmente asseguram a continuidade política, a ordem e o funcionamento institucional.

Abordando de forma mais minuciosa os fatores estruturais já brevemente mencionados, que podem originar a instabilidade política, centremo-nos nos seguintes.

Primeiramente, um dos conhecidos fatores centra-se na desigualdade económica e na falta de desenvolvimento que aumentam a insatisfação pública. Quando um grande segmento da população vive na pobreza ou no limiar da mesma, enquanto uma pequena elite controla a riqueza e os recursos, a tendência é de gerar ressentimento. A falta de acesso a direitos que deviam ser inerentes por falta de rendimentos, como a educação, o emprego e os serviços básicos (como a saúde ou a habitação) aumenta a frustração. Esta situação conduz frequentemente a manifestações, protestos, motins ou mesmo ao aparecimento de grupos extremistas, em certos países, que prometem a mudança, dando origem a instabilidades pela divisão em que a população é colocada. Veja-se o exemplo do Irão que perante a inflação, as sanções, a corrupção e a repressão, que tem vindo a degradar o nível de vida, provoca repetidas vagas de protestos, como é o exemplo do movimento Masha Amini ocorrido em 2022, após a morte de Masha Amini aos 22 anos às mãos da “Polícia da Moralidade” iraniana. Detida sob acusações de usar inadequadamente o seu Hijab, acabou por ser encarcerada e violentamente agredida em custódia policial tendo falecido três dias após ser levada para o hospital (Amnistia Internacional, 2025): *“On 16 September 2022, Jina Mahsa Amini, a 22-year-old Iranian woman from the Kurdish minority, died in Tehran in police custody three days after her arrest for allegedly failing to comply with the country’s strict rules on women’s dress by wearing an “improper hijab”. Her death sparked nationwide outrage and waves of protests across the country with women and young persons leading the charge under the banner”* (Rehman, 2023, p. 2).

Seguidamente, o autoritarismo ou processos democráticos deficientes limitam a participação e a responsabilização contribuindo de forma prejudicial para a estabilidade política. Nos regimes autoritários, os cidadãos têm pouca ou nenhuma influência nas decisões políticas. Mesmo nas proclamadas “democracias”, as eleições fraudulentas, a

falta de liberdade de imprensa ou a repressão dos partidos da oposição corroem a confiança nas instituições. Quando as pessoas sentem que não podem mudar a sua situação através de meios legais e pacíficos, a instabilidade pode eclodir. Por consequência, o perigo de revolta contribui muitas vezes, para um reforço de medidas, da vigilância e da repressão por parte dos membros do governo e das forças armadas. A Síria, durante o regime de Bashar-Al-Assad foi um dos exemplos mais concretos desta situação. Também o Irão o é. O país realiza eleições, porém, o Conselho dos Guardiães – um órgão não eleito – examina todos os candidatos, eliminando muitos reformistas. Esta participação restrita reduz a legitimidade política e aprofunda a alienação pública (Rehman, 2023).

A intervenção estrangeira ou a dinâmica de representação, também é um fator que exacerba frequentemente as tensões internas (especialmente relevante no MO). Quando as grandes potências ingerem – direta ou indiretamente – nos assuntos internos de Estados de menor peso, isso cria frequentemente instabilidade a longo prazo. As guerras por procuração, em que grupos locais são apoiados por potências externas, podem transformar as tensões internas em conflitos prolongados. Veja-se que o apoio constante da Rússia com armamento ao Irão e vice-versa, para que, ambos os países mantenham força e poder nos conflitos em que cada um se encontra é o claro exemplo desta situação (Freedom House, 2024). O Irão é simultaneamente uma vítima e um ator nesta dinâmica. É vítima de sanções impostas pelos EUA – (“*Regimes in countries like Russia and Iran, for example, continued to export oil and acquire arms in 2023 despite facing broad sectoral and targeted sanctions*”) (Freedom House, 2024, p. 34) – e de pressões externas, enquanto apoia grupos armados na Síria, no Iraque, no Líbano, no Iémen e a Rússia na sua guerra de agressão contra a Ucrânia. Estas intervenções geram reações adversas, provocam potências rivais (por exemplo, a Arábia Saudita e Israel) e reforçam a instabilidade regional.

Com estes problemas as consequências que se podem esperar são uma problemática para o desenvolvimento de qualquer país. Os efeitos da instabilidade política são de grande alcance.

A instabilidade política afeta profundamente a segurança nacional e regional, desencadeando uma cadeia de reações que, muitas vezes, agravam os conflitos e dificultam os esforços de paz a longo prazo. Uma das primeiras consequências dessa

instabilidade é a deterioração da segurança interna. Os Estados afetados por agitação interna tendem a recorrer a respostas militarizadas para suprimir a dissidência. No caso do Irão, por exemplo, o IRGC e as forças Basij têm sido repetidamente mobilizados para reprimir os protestos civis, nomeadamente durante as manifestações de 2019 sobre os preços dos combustíveis e os protestos de 2022 de Mahsa Amini. Estas respostas corroem ainda mais a confiança do nas instituições e aumentam a probabilidade de distúrbios mais violentos (Human Rights Watch, 2023).

Uma consequência natural desta deterioração da estabilidade e segurança é a escalada da acumulação de armas. Em contextos politicamente frágeis, tanto os governos como os intervenientes não-estatais intensificam o seu investimento na capacidade militar, justificando-o frequentemente como um meio de dissuasão ou de sobrevivência. O Irão desenvolveu significativamente os seus programas de mísseis balísticos e de drones em resposta a ameaças externas. Simultaneamente, transferiu armamento e tecnologia para procuração os seus *proxies*, como o Hezbollah no Líbano e os Houthis no Iémen, alimentando ainda mais a militarização regional. Esta proliferação aumenta o risco de erros de cálculo e de confrontos armados, sobretudo em zonas já voláteis como o Golfo Pérsico ou o Levante. Por conseguinte, a instabilidade não se limita a provocar agitação interna, pois reconfigura o cálculo estratégico dos Estados. Quando as ordens políticas são frágeis e as alianças incertas, os regimes tendem a dar prioridade à dissuasão militar em detrimento do envolvimento diplomático. O resultado é um ciclo que se autorreforça, em que as perceções de ameaça alimentam a acumulação de armas, o que, por sua vez, aprofunda a insegurança e provoca uma nova escalada contribuindo, para um desequilíbrio da balança de poder e da segurança coletiva. Neste contexto, o desenvolvimento e a proliferação de armas avançadas – como mísseis balísticos, drones e munições guiadas de precisão – tornam-se simultaneamente um sintoma e um fator de instabilidade regional (Marshall, 2016; Kaplan, 2022).

A instabilidade num país desencadeia frequentemente repercussões além-fronteiras, sobretudo numa região tão interligada como o MO. Os conflitos na Síria e no Iraque, por exemplo, não só resultaram em deslocações humanas e fluxos de refugiados em grande escala, como também facilitaram a ascensão de grupos armados transnacionais como o Estado Islâmico (ISIS). O Irão aproveitou os vazios de poder daí resultantes para reforçar a sua influência regional através do envolvimento militar direto e do apoio às milícias

xiitas. Esta situação tornou a região mais volátil e aumentou a probabilidade de guerras por procuração e de insegurança nas fronteiras dos países vizinhos (ACNUR, 2023; International Crisis Group, 2024).

Além disso, a instabilidade política atrai o envolvimento internacional, sendo frequente a intervenção militar, económica ou diplomática de potências externas. Estas intervenções podem ter efeitos contraditórios. Enquanto algumas podem ter por objetivo estabilizar um país, outras podem exacerbar as divisões. O caso do Irão é ilustrativo: a retirada dos EUA do JCPOA em 2018, pelo Presidente Donald Trump, e a reimposição de sanções agravaram a crise económica do Irão e reforçaram as posições da linha dura no seio do regime. A União Europeia (UE), embora tentasse salvar o acordo, também impôs sanções específicas em resposta ao desenvolvimento contínuo de mísseis e às transferências de drones do Irão para a Rússia (Brookings Institution, 2024; Conselho Europeu, 2023-2024).

Como estes exemplos demonstram, as consequências da instabilidade política nunca são isoladas. A deterioração da segurança, a acumulação de armas, as repercussões regionais e as respostas internacionais formam um ciclo de retroação que não só reforça a instabilidade, como também põe em perigo a paz regional e mundial em geral.

Apesar da instabilidade afetar de diferentes formas várias partes do mundo, há zonas que parecem perpetuamente mais suscetíveis a este fenómeno que outras. Um dos exemplos mais conhecidos é o MO, região cujo nome é baseado na visão europeia do mundo, visão esta que a moldou. Estende-se por 1600km, de oeste a leste, do Mar Mediterrâneo às montanhas do Irão e detém vastos oásis, desertos, montanhas cobertas de neve, grandes cidades, planícies costeiras e escassos recursos hídricos. Para além disso, é ainda uma região repleta de recursos naturais, fazendo com que, todos os países industrializados, sejam em parte dependentes destas matérias – petróleo e gás natural – o que leva à existência de vários *chokepoints* (Marshall, 2016; Kaplan, 2022).

Para além das suas características geográficas é também assinalado pela religião que o distingue no Ocidente e que importa destacar. O Islão é a religião preponderante no MO, e contém, dentro de si, várias versões. A divisão mais importante no seio desta religião é quase tão antiga como a mesma: a cisão entre muçulmanos sunitas e xiitas à data da morte do profeta Maomé. Importa realçar que, apesar da divisão, os muçulmanos sunitas são a

maioria entra os árabes e, na verdade, entre toda a população, a nível mundial, muçulmana.

Porém, apesar de ter todas as condições para ser um Estado forte e ter uma economia igualmente desenvolvida, o Médio Oriente caracteriza-se pela sua instabilidade política (Kaplan, 2022), sendo uma das regiões geopoliticamente mais instáveis do mundo. A sua instabilidade contemporânea tem origem numa interação complexa de legados históricos, governação autoritária, fragmentação sectária e interesses estratégicos das potências mundiais comprovando o desenvolvido anteriormente. O colapso das potências regionais, as fronteiras contestadas, a ascensão de grupos armados não-estatais e os repetidos episódios de ingerência estrangeira criaram um ambiente de segurança volátil. Neste contexto, a instabilidade política não é apenas uma questão interna – tem implicações diretas na segurança regional e internacional, particularmente através da aceleração da aquisição de armas e da militarização.

A instabilidade persistente no MO resulta de fatores estruturais e políticos profundamente enraizados. Décadas de influência colonial criaram fronteiras artificiais que frequentemente agrupavam comunidades étnicas e sectárias rivais sob identidades nacionais contestadas. O período pós-colonial foi marcado por um regime autoritário, instituições fracas e uma governação repressiva, o que deixou pouco espaço para uma evolução política pacífica. Revoltas como a primavera Árabe – 2010-2011 – trouxeram estas tensões à superfície, e em muitos casos conduziram a guerras civis (por exemplo, Síria, Líbia, Iémen) em vez das esperadas por muitos, transições democráticas (Marshall, T., 2016).

O colapso ou o enfraquecimento da autoridade central nestes Estados criou vácuos de poder que foram rapidamente preenchidos por milícias, grupos extremistas e representantes estrangeiros. O Irão, a Arábia Saudita, a Turquia, Israel e atores externos como EUA e a Rússia intervieram – quer diretamente, quer através de aliados locais – transformando os conflitos regionais em campos de batalha por procuração. Neste contexto, os mecanismos tradicionais de criação de confiança e de cooperação em matéria de segurança estão praticamente ausentes, nomeadamente o JCPoA que tem perdido influência.

Este ambiente fragmentado e militarizado reforça um “dilema de segurança” clássico, em que o desenvolvimento defensivo de um Estado é visto como ofensivo por outro, o que

leva a contramedidas. Na ausência de acordos sólidos de controlo de armamento e de confiança mútua, a tendência é para uma militarização preventiva. Isto tem sido particularmente visível na expansão dos programas de drones, no desenvolvimento de mísseis balísticos e na postura nuclear dos principais atores regionais, especialmente do Irão, cuja trajetória será explorada em pormenor nas próximas secções.

O Irão, especificamente, representa um caso complexo. Internamente, enfrenta agitação pública, crises económicas, repressão, facciosismo de elite, enquanto externamente está profundamente envolvido em conflitos regionais. Estas dinâmicas fazem do Irão um motor fundamental – e também uma vítima – da instabilidade regional (OCDE, 2011).

Capítulo 2 – Estágio

1. Enquadramento

No dia 15 de outubro de 2024, iniciou-se, no MNE, na Divisão de Desarmamento e Não-Proliferação (DNP) da Direção de Serviços para os Assuntos de Segurança e Defesa (DSD) / Direção-Geral de Política Externa (DGPE) um estágio curricular com a duração de 6 meses, com término dia 15 de abril de 2025.

O estágio teve a duração de 6 meses, durante 5 dias por semana, e 35 horas semanais correspondendo ao horário da função pública das 9h00 às 17h00, sob supervisão do responsável Mestre Eurico Rodrigues, Chefe da Divisão de Desarmamento e Não-Proliferação.

A DGPE é uma direção constituída por várias Direções de Serviços que, em conjunto, contribuem para a respetiva missão.

Enquanto principais responsabilidades em matéria de Segurança e Defesa da DGPE destaca-se a Lei Orgânica do MNE que descreve as responsabilidades destacando-se as seguintes:

“A Direção-Geral de Política Externa (DGPE) é tutelada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e tem as seguintes atribuições:

- *assegurar genericamente as funções de coordenação político-diplomática, bem como a coordenação interministerial no tratamento de todas as questões de*

política externa, no âmbito das suas competências, por forma a garantir a necessária coerência e unidade da ação externa do Estado;

- (...)
- *recolher informações sobre a realidade política nas diferentes regiões e países não membros da União Europeia e assegurar a atualização de elementos sobre essa mesma realidade;*
- *recolher informações sobre a realidade política nas diferentes regiões e países não membros da União Europeia e assegurar a atualização de elementos sobre essa mesma realidade.”*¹

“Cabe à DGPE assegurar a coordenação da ação externa do Estado nos assuntos de natureza político-diplomática e económica, incluindo os respeitantes à Política Externa e de Segurança Comum e à Política Europeia de Segurança e Defesa da União Europeia, bem como noutras matérias no domínio da segurança e defesa, e em questões bilaterais e multilaterais de natureza política, económica, científica e técnica contribuindo, desse modo, para uma visão global das diferentes matérias relevantes para a definição e execução da política externa portuguesa.

A atual Lei Orgânica do MNE previu a extinção da Direção-Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos, sucedendo nas suas atribuições a DGPE, a qual passou a ter também por missão dar efetividade, continuidade e unidade à ação do MNE, quer no plano internacional bilateral e multilateral, quer no que toca aos assuntos de carácter económico, científico e técnico.

Com efeito, um dos objetivos desta Direção-Geral é contribuir para a diplomacia económica definida pelo Governo, em articulação com os outros departamentos, serviços ou organismos sectoriais competentes e assegurar a cooperação entre os outros serviços, organismos e estruturas do MNE e a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. (AICEP, E. P. E.).

A atribuição de novas competências à DGPE permite-lhe o tratamento adequado e coordenado não só das matérias político-diplomáticas, mas também das económicas,

¹ GOV. (2024). gov.pt. <https://www.gov.pt/entidades/direcao-geral-de-politica-externa>

científicas e técnicas, as quais não se podem dissociar daquelas e assumem uma importância crescente no plano das relações internacionais.”²

Em relação à descrição do serviço, primeiramente, apresenta-se a Diretora-Geral hierarquicamente mais elevada apoiada pelo Gabinete da Diretora-Geral, pela Equipa Multidisciplinar *Global Gateway* e G20 e pela Comissão Interministerial para a Política Externa.

A Diretora-Geral é igualmente acompanhada por três subdiretores gerais que estão responsáveis por várias Direções de Serviços: APE, MOM; SAO; CPLP; USEN; RH; SAS; DAS; DSD; SPM; SEM.³ De todas as mencionadas, a Direção de Serviços onde decorreu o estágio é a DSD.

A Diretora de Serviços da DSD é a Dr. Maria Manuel Morais e Silva, Dr. Ivo Inácio é o Chefe de Divisão NATO e o Mestre Eurico Rodrigues, supervisor, orientador de estágio e de relatório, é o Chefe de Divisão DNP.

O desenvolvimento das minhas funções cabia-me o constante contacto com o Dr. Eurico Rodrigues, dado o seu papel como Chefe de Divisão, porém mantive e exerci funções e trabalhos com outros colegas da Divisão, tais como o Dr. José Pires e a Dra. Marisa Nobre.

Deste modo, ao longo dos 6 meses e das 35h semanais que envolveram todo o aprendizado e trabalho do estágio destaco as seguintes funções:

- Acompanhamento e atualização do *dossier* relativo à Coreia do Norte (RPDC), sobretudo na ótica da ameaça decorrente do desenvolvimento de capacidades nucleares e balísticas, incluindo mísseis intercontinentais (ICBMs);
- Acompanhamento e atualização do *dossier* respeitante ao Irão, designadamente quanto ao desenvolvimento dos programas nuclear e de mísseis balísticos, a par das questões relativas ao JCPoA e à Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA);

² Diário da República. (2025). *Aprova a orgânica da Direção-Geral de Política Externa - Decreto Regulamentar n.º 11/2012*. Diariodarepublica.pt. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-regulamentar/2012-114581114>

³ As siglas e respetivos significados encontram-se na lista de abreviaturas descrita nas páginas 6 e 7.

- Acompanhamento da situação da guerra na Ucrânia e seus múltiplos impactos, incluindo a atualização regular de pontos de situação, designadamente quanto à segurança na Central Nuclear de Zaporíjia;
- Acompanhamento da situação no conflito no Médio Oriente e seus impactos na segurança regional e mundial, incluindo a atualização regular de pontos de situação, designadamente quanto à interferência do Irão no conflito entre Israel e o Hamas;
- Participação em reuniões, seminários, *briefings* e *workshops* realizados pelo Secretariado do TNP, pela ONU (Gabinete das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento [UNODA] Instituto das Nações Unidas para a Investigação sobre o Desarmamento [UNIDIR]), pelo Instituto Internacional de Estocolmo de Pesquisa sobre a Paz (SIPRI), pelo *Conflict Armament Research* (CAR) e pelo Consórcio da UE de Desarmamento e Não-Proliferação (EUNPDC), entre outros organismos internacionais, colaborando na elaboração dos respetivos relatos e atas;
- Colaboração no tratamento dos pedidos de licenciamento de exportação de armamento civil e militar;
- Preparação e/ou atualização de fichas temáticas sobre temas de segurança e defesa, especialmente sobre os seguintes Instrumentos DNP e Regimes Multilaterais de Controlo das Exportações:
 - TNP;
 - Convenção sobre a Proibição de Armas Biológicas e de Toxinas (BTWC);
 - Tratado sobre o Comércio de Armas (ATT);
 - Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPCW);
 - Regime de Controlo de Tecnologia de Mísseis (MTCR);
 - Arranjo de Wassenaar (WA);
 - Iniciativa de Segurança contra a Proliferação (PSI);
 - Mecanismo do SGNU para Investigação de Alegado Uso de Armas Químicas e Biológicas (UNSGM);
 - Tratado do Espaço Sideral (OST);
 - Conferência do Desarmamento (CD);

- Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoais e sobre a sua Destruição (Convenção de Otava).

Deste modo, e com o constante acompanhamento de diversas matérias que, atualmente, se destacam no panorama internacional de não-proliferação e desarmamento concluí que seria benéfico optar por analisar e explorar uma temática que tanto interesse me gerou ao longo dos 6 meses: o Irão.

O acompanhamento e a constante atualização deste *dossier*, designadamente quanto ao desenvolvimento dos programas nuclear e de mísseis balísticos, a par das questões relativas ao JCPOA e à AIEA, bem como a possibilidade de assistir a conferências onde o Estado português interveio em diversas matérias de não-proliferação, transparência, verificação e responsabilidade, levou a que este tema gerasse importância acrescida. Em consequência, o Estudo de Caso do Irão foi nomeado foco dos objetivos para a elaboração do relatório.

2. O Desarmamento e a Não-Proliferação no Sistema Internacional

2.1. Conceitos e princípios do desarmamento e não-proliferação

Embora não exista uma definição internacionalmente aceite de Desarmamento, este termo tem sido utilizado de forma genérica para todas as formas de Controlo de Armamento ao abrigo do Direito Internacional. Deste modo, Desarmamento poderá ser entendido como o ato de eliminar ou abolir armas, quer unilateral, quer reciprocamente, podendo referir-se não só a uma redução quantitativa, como à eliminação de categorias inteiras de armas. Assim, o Desarmamento resulta geralmente da aceitação voluntária de obrigações internacionais por parte dos Estados, sendo esta aceitação expressa através da conclusão e adesão a Tratados ou outros instrumentos e mecanismos internacionais (United Nations, 2022; Thompson, 2024).

A Não-Proliferação refere-se ao esforço para impedir a disseminação de armas e da tecnologia ou materiais utilizados para as criar. Deste modo, a Proliferação pode ser horizontal, se se verifica a transferência direta ou indireta de armas e tecnologias conexas para aqueles que ainda não as possuem, sejam estes Estados ou atores não-Estatais, ou vertical, no caso de aumento do número, da qualidade ou da capacidade destrutiva dos

arsenais existentes de armas específicas por parte dos Estados que as possuem (Sidel & Levy, 2007).

Um componente indissociável da arquitetura DNP é o **Controlo de Armamento**, que remete para a limitação gerida dos armamentos e o estabelecimento de mecanismos que balizem o efeito, a capacidade, os ensaios, a produção, o armazenamento, a instalação, a transferência e a utilização de armas. O Controlo de Armamento tem como objetivos: i) reforçar a segurança e a estabilidade internacionais, reduzindo o risco de conflitos e de corridas armamentistas; ii) prevenir a proliferação; iii) reforçar a confiança mútua entre os Estados através de medidas de transparência e verificação (Thompson, 2024).

O sistema de **Segurança Coletiva**, que foi estabelecido pela Carta das Nações Unidas é um procedimento de desenvolvimento de relações internacionais após a II Guerra Mundial. As ações conjuntas dos Estados no âmbito da ONU para manter a paz e a segurança universais baseiam-se num sistema claro e pormenorizado de funções e autoridade dos principais órgãos da ONU neste domínio e nos respetivos compromissos dos Estados Membros. Este sistema não só estabelece pré-requisitos normativos, mas também políticos e militares para que a Organização, no contexto atual, seja capaz de prevenir ameaças ou o uso de força excessiva, agressão ou outras ações que conduzem à violação dos direitos (United Nations, 2020).

A **Transparência** ou “**Tranparency**” é a capacidade de obter informação válida e atempada sobre atividades do governo, de organizações privadas ou internacionais. Significa que os Estados partilham de maneira aberta informações sobre os seus arsenais nucleares, capacidades de mísseis e de atividades de desarmamento. Esta transparência é essencial para a existência de confiança reforçando a mesma e os próprios acordos internacionais. É uma componente integral do controlo de armamento (Arms Control Association, 2006).

A **Verificação** ou “**Verification**” prende-se pelo envolvimento de inspeções técnicas, pela monitorização por satélite e sistemas de informação para garantir que os países cumprem os acordos de controlo de armas. Proporciona à comunidade internacional a confiança de que os Estados não estão a desenvolver sem o conhecimento, armas que não estão de acordo com a comunidade internacional. Sem esta verificação, Tratados como o TNP e o JCPoA, que serão posteriormente explorados, teriam pouca credibilidade (Al-

Sayed, 2023). No quadro do TNP, a entidade responsável por este processo é a AIEA (Shea, 2019).

A **Responsabilidade** ou “*Responsibility*” segundo a Agenda de Desarmamento das Nações Unidas e no contexto da não-proliferação, refere-se ao compromisso dos Estados para evitar ações que possam contribuir para corridas ao armamento ou à proliferação nuclear. Inclui o respeito pelos Tratados, a segurança dos materiais e a cooperação com os organismos de verificação. O comportamento responsável reforça a paz e a segurança.

O UNIDIR classifica a **Redução do risco nuclear** na centralização em medidas diplomáticas e técnicas para reduzir o risco de utilização accidental, não autorizada ou errada de armas nucleares. Os exemplos incluem linhas diretas entre países, acordos de notificação de lançamento e mecanismos de comunicação em caso de crises (Woolf, 2023).

Balança de poder é o conceito de que a segurança global ou regional é mantida quando o poder é distribuído de modo que nenhum ator individual possa dominar os outros. Em termos nucleares e militares, uma distribuição equilibrada desencoraja o comportamento agressivo e ajuda a evitar conflitos e corridas ao armamento (Andersen, 2018). É uma resposta sistemática à necessidade de ordem.

Para entender o conceito de **Dilema de Segurança** podemos debruçar-nos sobre o autor John Herz e o seu trabalho “*Idealist Internationalism and the Security Dilemma*”. Nele, o autor explica como é que os Estados, quando procuram a segurança criam frequentemente uma maior insegurança tanto para si próprios como para os outros. Num sistema internacional anárquico – em que não existe uma autoridade central que imponha a ordem – os Estados têm de confiar na autoajuda para sobreviver. Consequentemente, quando um Estado aumenta as suas capacidades militares para fins defensivos, os outros vêem-no como uma potencial ameaça e respondem aumentando o armamento de igual forma, criando um “*loop*” na escalada armamentista. Este ciclo de desconfiança mútua pode, involuntariamente, fazer escalar as tensões e até levar a conflitos, apesar de todas as partes terem como objetivo a segurança. O Dilema da Segurança realça o paradoxo das relações internacionais, ou seja, as ações que são tomadas com o propósito de aumentar a segurança podem, de facto, gerar maior insegurança (Herz, 1950).

2.2. Principais tratados e regimes internacionais (AIEA, TNP, JCPOA, FMTC)

A arquitetura internacional DNP assenta num conjunto de Tratados e instituições concebidos para tentar impedir ou disseminar o novo desenvolvimento de armas nucleares e materiais que para tais contribuam, enquanto promovem a utilização da energia e tecnologia nucleares para fins exclusivamente pacíficos. No centro deste quadro estão quatro fundamentais regimes e tratados internacionais – a AIEA, o TNP, o JCPOA e o FMTC. Em conjunto formam um sistema complexo, mas crucial, destinado a manter a segurança coletiva e evitar a escalada das ameaças nucleares.

A AIEA é uma Agência criada em 1957, que serviu e serve de resposta aos profundos receios e expectativas gerados pelas descobertas e pelas diversas utilizações da tecnologia nuclear. A génese da Agência foi o discurso “*Atoms for Peace*” do ex-Presidente Eisenhower na AGNU de 8 de dezembro de 1953 (Shea, 2020) “*In December 1953, US President Dwight D. Eisenhower in his “Atoms for Peace” proposal, presented to the eighth session of the United Nations General Assembly, and urged that an international organization be established to disseminate peaceful nuclear technology, while guarding against development of weapons capabilities in additional countries. His proposal resulted in 1957 in the establishment of the International Atomic Energy Agency (IAEA), which was charged with the dual responsibility of promotion and control of nuclear technology. IAEA technical assistance activities began in 1958*” (UN, 2015a, p. 1-2).

Neste campo, há que destacar o acompanhamento feito pela AIEA aos programas nucleares da RPDC (mantém-se em vigor o Acordo de Salvaguardas celebrado com a Agência em 1992, embora o trabalho de inspeção *in situ* esteja suspenso), do Irão, no quadro do JCPOA e dos compromissos assumidos neste âmbito (Relatórios *Verification and monitoring of Iran’s nuclear-related commitments in light of UNSC Resolution 2231 [2015]* e *NPT Safeguards Agreement with the Islamic Republic of Iran*), e da Síria, de modo a que as novas autoridades sírias cooperem com a Agência após 13 anos de incumprimento”, no sentido de se obterem respostas às questões pendentes em matéria de Salvaguardas (Shea, 2020; IAEA, 2016).

A Conferência Geral da AIEA decorre anualmente em setembro, ao passo que o *Board of Governors* (BoG), reúne por norma cinco vezes ao ano: março, junho, duas vezes em setembro e novembro.

A AIEA está fortemente ligada à tecnologia nuclear e às suas aplicações controversas, quer como arma quer como instrumento prático e útil de exercer medo entre nações. As ideias expressas pelo Presidente ajudaram, a moldar o estatuto da AIEA que 81 nações aprovaram, por unanimidade em outubro de 1956 e que permite que ainda hoje a Agência tenha um papel fundamental no controlo e verificação de material de países como a Ucrânia, a Rússia ou Irão (Shea, 2020; IAEA, 2016).

O TNP, adotado a 12 de junho 1968 em Nova Iorque, entrou em vigor a 5 de março de 1970, num contexto preponderantemente marcado pela Guerra Fria, pelo aumento da competição entre os Estados Unidos e a União Soviética, e pela preocupação crescente da disseminação de armas nucleares. Atualmente tem 191 Estados-Parte e é um dos principais pilares fundamentais no esforço global para prevenir a disseminação de armas nucleares e promover o desarmamento nuclear. É considerado a “pedra angular” da arquitetura DNP, tendo sido negociado sob os auspícios das Nações Unidas, com o principal objetivo de criar um equilíbrio entre os seus três pilares: a não-proliferação, o desarmamento nuclear e o uso da energia nuclear para fins pacíficos (Stiftung, 2024; UN, 2015a; Background, 2015).

O pilar da Não-Proliferação que consta nos Artigos I e II do Tratado proíbe a transferência, fabrico ou aquisição de armas nucleares sendo que, concretamente, o Artigo I proíbe os Estados detetores de armas nucleares (NWS) de as transferir para outros países ou ajudá-los a desenvolver novas armas. O Artigo II proíbe os Estados não detentores de armas nucleares (NNWS) de desenvolver ou adquirir armas nucleares. O pilar do Desarmamento consta no artigo VI e exige que os NWS adotem o desarmamento nuclear de forma progressiva e, eventualmente, total, considerando este objetivo como um compromisso de longo prazo. O uso da energia nuclear para fins pacíficos que consta no artigo IV garante o direito inalienável dos Estados desenvolverem e usarem energia nuclear desde que sejam pura e simplesmente para fins pacíficos, tais como a geração de eletricidade ou para fins de pesquisa, desde que respeitem e cumpram as exigências da AIEA que é responsável por controlar e garantir que as atividades nucleares pacíficas não sejam desviadas para fins militares (UN, 1995). É este o *grand bargain* do TNP: o acesso ao terceiro pilar a troco dos Estados não deterem ou transferirem, em qualquer circunstância, armas ou tecnologia nuclear.

Este Tratado tem permitido que as armas nucleares sejam mantidas sob o máximo controlo possível. Os pilares que movem o Tratado pretendem que todos os Estados que com ele se comprometeram cumpram as suas obrigações de forma justa e igualitária. Os cinco Estados que reconhecem oficialmente ter armas nucleares e que assinaram o mesmo enquanto potências nucleares reconhecidas são os EUA, Rússia, China, França e Reino Unido conhecidos como o P5 (Iran Watch, 2016).

Embora o TNP seja amplamente considerado o principal mecanismo de não-proliferação nuclear, tem enfrentado críticas e desafios ao longo dos anos uma vez que, alguns países, tais como a Índia, o Paquistão e Israel, desenvolveram armas nucleares fora do regime do Tratado, o que levanta questões sobre a eficácia do mesmo em impedir a proliferação. Prevaecem também as críticas de que há NWS que não estão a cumprir de forma adequada a obrigação de reduzir os arsenais nucleares de maneira significativa e embora tenha ocorrido alguma redução no número de armas nucleares desde o fim da Guerra Fria, muitos ainda consideram que o desarmamento nuclear não avançou o suficiente. Para além disso, alguns países do MO, como o Irão, têm sido acusados de falta de transparência e de tentarem desenvolver armas nucleares, alegando fins pacíficos. Esta situação tem gerado tensões particulares com muitos outros países, nomeadamente membros do P5 que o Irão acusa de serem favorecidos pelo Tratado limitando injustamente os Direitos dos NNWS. Deste modo e devido ao aumento desta tensão com o Irão foi necessário criar outro mecanismo, que levou ao surgimento do JCPoA em 2015 (Davenport, 2022).

O JCPoA é um Acordo Internacional alcançado a 14 de julho de 2015 entre os países do E3 e da UE+3 (EUA, Rússia e China) e o Irão, que tem como objetivos a limitação da capacidade nuclear do Irão em troca de um alívio nas sanções propostas por vários Estados e que o programa nuclear do país permanece em desenvolvimento, exclusivamente para fins pacíficos. De acordo com o documento oficial, “(...) *Iran envisions that this JCPOA will allow it to move forward with an exclusively peaceful, indigenous nuclear programme, in line with scientific and economic considerations, in accordance with the JCPOA, and with a view to building confidence and encouraging international cooperation. In this context, the initial mutually determined limitations described in this JCPOA will be followed by a gradual evolution, at a reasonable pace, of Iran’s peaceful nuclear programme, including its enrichment activities, to a*

commercial programme for exclusively peaceful purposes, consistent with international non-proliferation norms” (European Union External Action Service, 2015, p. 2).

O dia 18 de outubro de 2015 marca o Dia da Adoção do JCPoA, data em que entrou em vigor e que os participantes começaram a tomar as medidas necessárias para aplicar os compromissos no seu âmbito. A AIEA à qual foi dada e garantido acesso à monitorização das instalações nucleares do Irão, verificou que o mesmo implementou as principais medidas relacionadas com o descrito no Plano o que levou a que, o dia 16 de janeiro de 2016 ficasse marcado pelo Dia da Implementação. Como resultado positivo face ao cumprimento verificável do Irão relativamente aos compromissos nucleares, os EUA e a UE levantaram as sanções relacionadas com a parte nuclear, tal como está previsto no descrito do JCPoA. “(...) *This JCPoA will produce the comprehensive lifting of all UN Security Council sanctions as well as multilateral and national sanctions related to Iran’s nuclear programme, including steps on access in areas of trade, technology, finance and energy (...)*” (Joint Comprehensive Plan of Action Vienna, 2015, p. 3⁴; Davenport, 2022).

Desde março de 2025, o estatuto e a importância do JCPoA tem evoluído devido a vários desenvolvimentos geopolíticos, tensões e incumprimentos por parte de certos países. Mais recentemente, em maio de 2018 os EUA retiraram-se do JCPoA sob a administração do Presidente Donald Trump uma vez que, a administração americana acusou o Tratado de falhas variadas, tais como o JCPoA ser demasiado fraco alegando que não conseguiu que o Irão não desenvolvesse armas nucleares; afirmaram que o acordo não abordava o programa de mísseis balísticos do Irão ou o seu apoio a grupos militantes no Médio Oriente (como o Hezbollah e os Houthis) e que era preciso sim um acordo mais amplo que incluísse as atividades militares regionais do Irão e aumentar a pressão internacional sobre o país (Mortlock, 2020). “*From Trump’s perspective, however, the deal had been a failure. He complained that Iran’s regional behavior, including support for regional proxies and ongoing ballistic missile tests, had not changed since the signing of the JCPoA. Iran continued to support the regime of Syrian President Bashar al-Assad and proxies in Yemen, Lebanon, Iraq, and Bahrain*”; “*Finally, on May 8, 2018, Trump announced he would withdraw the United States from the JCPoA and reimpose the sanctions that had been lifted. Over the ensuing months, the administration escalated US sanctions on Iran to their pre-JCPoA status. Trump issued an executive order re-*

⁴ Joint Comprehensive Plan of Action Vienna, 14 July 2015, page 3 pdf.

authorizing the threat of secondary sanctions on covered business activities in Iran, and OFAC added over seven hundred Iranian names back to the SDN List, triggering the threat of secondary sanctions on transactions with those individuals and entities.” (Mortlock, 2020, p. 3).

Esta retirada levou a sérias e graves consequências como o começo da violação progressiva dos limites do JCPOA por parte do Irão, nomeadamente do enriquecimento de urânio para além do permitido. Os aliados dos EUA (E3: Reino Unido, França e Alemanha) tentaram salvar o acordo, mas os seus esforços não tiveram grande sucesso. As tensões entre os EUA e o Irão aumentaram, incluindo confrontos militares na região do Golfo.

O Tratado de Supressão de Material Físsil (ou *Fissile Material Cut-off Treaty* [FMCT]) é uma proposta de acordo internacional que tem como objetivo proibir a produção de material físsil⁵ para armas nucleares. Embora ainda não se encontre em vigor, há décadas que se discute, importando o início de negociações na Conferência do Desarmamento (CD). O FMCT destina-se essencialmente, a proibir a produção de urânio altamente enriquecido e de plutónio que possam ser utilizados em armas nucleares. Não se refere à existência atual, mas sim à produção futura (Arms Control Association, 2018).

Um tratado de supressão de material físsil seria positivo para a ordem internacional uma vez que, proibiria a produção de ingredientes essenciais para construção de armas nucleares. A eliminação e o controlo efetivo de material físsil constituem um dos principais passos para a não-proliferação e uma condição prévia para o desarmamento nuclear.

O corte deste tipo de material foi inicialmente discutido em 1946 no relatório Acheson-Lilienthal⁶ sobre o controlo internacional da energia atómica e no Plano Baruch. O Plano previa que os EUA desmantelassem o seu arsenal nuclear, mas só posteriormente a um

⁵ O material físsil é qualquer material que seja capaz de sustentar uma reação nuclear de cadeia em cadeia, o que significa que pode ser utilizado para produzir energia nuclear ou armas nucleares. Os materiais cindíveis mais importantes são o urânio altamente enriquecido (HUEU) e o plutónio-239 (Pu-239), ambos fundamentais para os esforços de proliferação e desarmamento nucleares (U.S. Department of State, 2024).

⁶ O relatório Acheson-Lilienthal foi um ponto de viragem na Guerra Fria que proporcionou uma oportunidade de evitar uma corrida às armas nucleares e que defendia a partilha de conhecimentos sobre a energia nuclear e inspeções para garantir o seu desenvolvimento apenas para fins pacíficos. Anos mais tarde, sofreu alterações por Bernard Baruch, nomeado pelo Presidente Truman e o relatório modificado conhecido como Plano Baruch foi rejeitado pela União Soviética.

acordo que garantisse aos mesmos que os soviéticos não poderiam adquirir uma bomba atômica. O plano não conseguiu consenso. Dez anos depois, o Presidente Eisenhower propôs um corte, porém os soviéticos opuseram-se rigidamente até 1989 quando, o Presidente Gorbachev apoiou finalmente a ideia. Nessa data, George Bush rejeitou a proposta desta vez, por recear colocar em causa a segurança nuclear dos EUA. (Department State USA, 2019).

Só em 1993, a Resolução 78/57L da Organização das Nações Unidas foi aprovada por unanimidade que apelava a um Tratado que não fosse discriminatório, fosse multilateral, internacionalmente e efetivamente verificável de maneira que proibisse a produção de material físsil para armas nucleares ou outros engenhos explosivos nucleares. Em 1995, a Conferência do Desarmamento, em Genebra, um órgão com 65 nações membros, estabelecido como o único fórum de negociação multilateral sobre o desarmamento, criou um comité para discutir o FMCT. A falta de consenso sobre as formas de verificação, bem como o desejo de serem realizadas negociações paralelas sobre questões de controlo de armamento no espaço exterior impediram o arranque das negociações. A China e a Rússia manifestaram inclusive, o desejo de realizar negociações paralelas sobre a prevenção de uma corrida armamentista no espaço exterior (PAROS), um aspeto que veio atrasar ainda mais os esforços para iniciar as negociações do FMCT. A CD assenta na base do consenso o que tem estagnado o seu funcionamento e impede o progresso do Tratado.

Um Tratado verificável é importante por várias razões. Primeiramente, porque a verificação gera confiança e reforça a convicção de que os requisitos do Tratado estão a ser igualmente cumpridos por todos terminando a ideia de vantagem de uns Estados sem relação aos outros. Seguidamente, este Tratado poderia servir de modelo para a verificação e eliminação de material físsil dos NWS (UN, 2021).

Os Estados que aderiram ao TNP como NNWS já estão proibidos de produzir ou adquirir material físsil para armamento, e um FMCT proporcionaria novas restrições, para além das existentes, aos cinco NWS e aos quatro Estados que não são Parte do TNP: Israel, Índia, Paquistão e Coreia do Norte.

Mais recentemente, em setembro de 2024, doze Estados⁷ interessados no Tratado lançaram à margem da AGNU em Nova Iorque, um grupo denominado “Amigos de um Tratado de Supressão de Material Fissil” (*“Friends of a Fissile Material Cut-off Treaty”*), que pretende alargar o apoio a uma negociação do FMCT. Neste contexto foi produzida uma declaração conjunta com o compromisso de “(...) *work closely together to realize the common objectives of the group, which are to maintain and enhance political attention to FMCT as a priority action to forestall a recurrence of a nuclear arms race, and to contribute to expanding the support for the immediate commencement of negotiations ... amid the heightened risk of destabilization (...)*” (U.S. Department of State, 2024).

2.3. O papel das grandes potências na arquitetura de desarmamento (P5, E3)

Os Tratados e instrumentos internacionais descritos anteriormente são essenciais para a manutenção da segurança global e coletiva, porém a sua força e o seu cumprimento dependem de uma forte monitorização e esforço de grandes potências na arquitetura de desarmamento. Deste modo, a arquitetura global assenta na influência das grandes potências mundiais, em especial do P5 e do E3 que desempenham um papel crucial na definição, aplicação e negociações de Tratados internacionais e no prevalecer de poderes e esforços da AIEA.

O P5 (*Permanent Five*), refere-se grupo de cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) – China, EUA, França, Reino Unido e Rússia. A sua composição reflete as principais potências aliadas da Segunda Guerra Mundial e tem-se mantido inalterada desde a criação da ONU. Ao longo dos anos, foram apresentadas várias propostas de reforma do Conselho de Segurança, incluindo alterações à composição e ao âmbito do poder de veto, a fim de melhor representar a atual paisagem geopolítica. Os papéis principais deste grupo prendem-se na aplicação do TNP e na negociação dos Tratados de controlo de armamento, nomeadamente, no FMCT (Woolf, 2023). Qualquer um deles pode vetar uma Resolução. A Rússia é o país que mais usa o poder de veto em relação aos restantes membros do P5 – desde 1991 já utilizou esta prerrogativa por 38 vezes (Council of Foreign Relations, 2024).

⁷ Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, França, Itália, Japão, Holanda, Nigéria, Filipinas, Reino Unido e EUA.

O E3, que se refere à Alemanha, França e ao Reino Unido, é o grupo de países europeus que desempenha um papel importante nas questões diplomáticas e de segurança, nomeadamente, no que respeita a negociações na área da não-proliferação nuclear. O E3 desempenha um importante papel nas negociações do JCPOA, uma vez que a sua criação foi motivada pelas preocupações relacionadas com as ambições nucleares do Irão, trabalhando em parceria com os EUA, a Rússia e a China para chegar a acordo com o mesmo, nas mais diversas matérias nucleares. O grupo iniciou conversações diplomáticas com o Irão para limitar o seu programa nuclear em troca de incentivos económicos. Além disso, trabalham ainda como “ponte” entre a União Europeia, os EUA e outros importantes atores globais. Advogam por três importantes princípios: não-proliferação, segurança e diplomacia. Ao contrário do P5, que é um órgão formal do CSNU, o E3 é um grupo informal que coordena posições em matéria de política externa e de segurança (United Nations, 2015).

Em 2004, o E3 negociou o Acordo de Paris com o Irão, no qual Teerão concordou em suspender temporariamente o enriquecimento de urânio. No entanto, este acordo fracassou quando o Irão retomou o enriquecimento em 2005. O insucesso da diplomacia levou o E3 a exigir sanções da ONU contra o Irão, tendo a questão sido levada ao CSNU.

3. A Escalada Armamentista do Irão

3.1. Enquadramento do Programa Nuclear

A melhor maneira de entender a necessidade e o interesse pela energia nuclear do Irão é procurar o contexto no qual está inserida, as intenções com os seus Estados vizinhos e a política do governo.

Importa informar que o Estado do Irão possui duas figuras de governo bastante importantes. Primeiramente, um Líder Supremo, cargo entregue desde 1989 a Ali Khamenei com as funções mais importantes, nomeadamente, no que respeita ao controlo supremo do exército, à matéria judicial e de política externa. Possui o controlo do IRGC, da matéria referente à política nuclear e da assembleia, podendo o seu poder sobrepor-se ao do Presidente do país. O Presidente, cargo ocupado por Masoud Pezeshkian, por sua vez, é eleito pelo povo, administra a parte económica, a governação interna e as operações

governamentais, nunca podendo sobrepor-se ao Líder Supremo. Forma o gabinete e supervisiona as funções administrativas e económicas.

O desenvolvimento do programa nuclear iraniano remonta aos anos 1940, durante o reinado de Xá Mohammad Pahlavi (1941-1979), quando o país prevalecia sob uma influência ocidental e mantinha laços fortes tanto com Israel como com os EUA. Durante o reinado de Pahlavi, foi criado o programa nuclear para fins de modernização do país no âmbito do programa norte-americano “*Atoms for Peace*”, que visava fomentar o uso pacífico da energia nuclear em países aliados. Durante este período, salienta-se a falta interesse por parte do Xá em desenvolver armas nucleares, tal como demonstrado pela ratificação do TNP logo que o processo foi aberto a Estados-Membros da ONU (McGlinchey, 2025).

No entanto, após a Revolução Islâmica de 1979, as relações entre o Irão e o Ocidente deterioraram-se significativamente, levando o país a investir de forma independente na sua tecnologia nuclear, num processo caracterizado por um elevado grau de secretismo e pela crescente desconfiança da comunidade internacional.

Nos anos 2000, mais concretamente em 2002, a descoberta de instalações nucleares clandestinas em Natanz e Arak, não declaradas à AIEA gerou fortes suspeitas de que o Irão estaria a desenvolver um programa nuclear de cariz militar. Embora o governo tenha consistentemente alegado que o seu programa tinha e tem fins exclusivamente pacíficos, voltados para a produção de energia e investigação científica, potências como os EUA, Israel e vários outros países europeus argumentaram que o nível de enriquecimento de urânio conduzido pelo Irão excedia os requisitos necessários para fins civis, podendo constituir um passo preliminar para a produção de armamento nuclear salientando a falta de transparência por parte de Teerão (McGlinchey, 2025).

Em 2013, com a eleição do ex-Presidente Hassan Rouhani, que finalizou a possibilidade de mandatos em 2021, houve uma maior esperança de mudança na tensão verificada, uma vez que, Hassan pretendia uma reaproximação com os EUA utilizando o programa nuclear para aliviar as pressões económicas impostas pela comunidade internacional. De facto, verificou-se que tais políticas proporcionaram a abertura das relações diplomáticas entre o Irão e o Grupo P5+1. Deste modo, a 14 de julho de 2015 dá-se o ponto de viragem nas conversações havendo o anúncio por ambas as partes do acordo sobre o programa

nuclear iraniano, aprovado pelo CSNU pela Resolução 2231, no dia 20 do mesmo mês “*Welcoming Iran's reaffirmation in the JCPoA that it will under no circumstances ever seek, develop or acquire any nuclear weapons, Noting the statement of 14 July 2015, from China, France, Germany, the Russian Federation, the United Kingdom, the United States, and the European Union aimed at promoting transparency and creating an atmosphere conducive to the full implementation of the JCPoA (S/2015/545, as attached as Annex B to this resolution), Affirming that conclusion of the JCPoA marks a fundamental shift in consideration of this issue, and expressing its desire to build a new relationship with its Iran strengthened by the implementation of the JCPoA and to bring to a satisfactory conclusion its consideration of this matter*”⁸ (Security Council Resolution, 2015).

O Acordo encontra-se em pleno funcionamento desde o dia 16 de janeiro de 2016 (Dia da Implementação), data à qual a AIEA declarou que o Irão cumpriu as obrigações decorrentes dos compromissos diplomáticos ficando as sanções relativas à energia nuclear, impostas, tanto pela UE, como pelos EUA, suspensas ou extintas. Note-se que, as sanções, durante o período no qual o governo iraniano foi composto pelos conservadores, serviram de instrumento para uma posição intolerante, de afastamento e agressiva por parte dos iranianos que consideravam que os Ocidentais estavam a tentar controlar o país de forma económica. Com a assinatura do JCPoA, há uma mudança nesta visão e as obrigações pelas quais o país fica compelido a cumprir – aceitar as inspeções e a verificação da AIEA para garantir que os termos do Acordo são assegurados e as restrições no desenvolvimento de pesquisas que envolvem o urânio e o seu enriquecimento – deixando de ser vistas como “vis” e sim como necessárias comprometendo-se igualmente a ser mais transparente nas informações que detém (European Council, 2024).

Com o Acordo Nuclear torna-se notória a mudança, iniciada com a chegada de Rouhani à Presidência, do posicionamento iraniano acerca do seu programa nuclear e percebe-se que no Irão, cada Presidente define a administração da questão relativa ao programa nuclear de acordo com o panorama em que se insere o líder e o seu Estado. Rouhani quando eleito em 2013 remove cientistas conservadores pertencentes ao topo da Organização Iraniana de Energia Atómica e em setembro do mesmo ano, um mês após a sua eleição, apresenta na AGNU um discurso moderado onde afirma que no Irão não

⁸ Resolution 2231 (2015) Adopted by the Security Council at its 7488th meeting, on 20 July 2015

haverá lugar para armas nucleares: *“Nuclear weapons and other weapons of mass destruction have no place in Iran's security and defence doctrine, and contradict our fundamental religious and ethical convictions. Our national interests make it imperative that we remove any and all reasonable concerns about Iran's peaceful nuclear programme.”* (United Nations, 2013).

Porém, o desenvolvimento do programa nuclear iraniano voltado meramente para fins civis e, a postura de “abrir” mão do mesmo, não bastou para pôr fim, tanto às desconfianças de certos Estados em relação ao Irão, como de criar pressão e descontentamento a outros líderes.

Benjamin Netanyahu, viu-se pressionado pela postura de Rouhani e o atual acordo do JCPOA quanto ao tornar o Médio Oriente uma Zona Livre de Armas Nucleares (ZLAN). O governo conservador de Israel, afirma que o Acordo apenas aumenta as tensões regionais e não é capaz de evitar que o Irão utilize o seu programa nuclear para produzir armas nucleares havendo a possibilidade de não cumprir o acordo quando assim o entender. Acrescenta ainda que o levantamento das sanções sobre o principal produto de exportação iraniano, do qual a economia do país depende fortemente, dá mais possibilidades financeiras ao país para apoiar grupos armados, milícias e grupos terroristas, tais como o Hezbollah e o Hamas, que são inimigos conhecidos do Estado de Israel. Em 2018, Netanyahu chegou mesmo a afirmar que Israel obteve documentos iranianos que comprovavam que o Irão estaria a mentir, relativamente ao cumprimento do acordado e que o país estaria continuamente a trabalhar no programa nuclear. Com esta acusação, a administração americana tece comentários similares em maio do mesmo ano (Thomas, 2024).

Como mencionado anteriormente, em 2018, os EUA, sob a Presidência de Donald Trump retiraram-se do JCPOA, alegando que o acordo era insuficiente e que o país continuava a criar uma destabilização crescente. Em consequência, Washington reimpôs sanções económicas bastante severas que afetaram gravemente os setores estratégicos como o petróleo e o comércio internacional do Irão. Como resposta a esta falta de confiança, o Irão começou a desrespeitar progressivamente os limites do acordo, aumentando novamente o nível de enriquecimento de urânio e restringindo a cooperação com a AIEA.

Após a saída do Presidente Hassan Rouhani, em 2021, o mais moderado dos presidentes do Irão em matéria nuclear, o programa registou desenvolvimentos significativos tanto sob a liderança do Presidente Ebrahim Raisi de 2021 a 2024, - que tomou os primeiros passos no começo do desenvolvimento do programa nuclear, nomeadamente ao aumentar os níveis de enriquecimento de urânio para além dos limites do JCPOA e ao restringir o acesso da AIEA às instalações nucleares iranianas - como sob a liderança do Presidente Masoud Pezeshkian, eleito em 2024 após a morte do antecessor em maio de 2024 num acidente de aviação. O período de 2021 até 2025 é marcado por uma escalada do enriquecimento de urânio⁹, que o país afirma ser para fins pacíficos, apesar das quantidades excederem o necessário para esse fim, por avanços na tecnologia de mísseis e drones e tensões acrescidas com a comunidade internacional, e pelo acordo com a China (*Comprehensive Cooperation Plan*): “(...) In March 2021, Iran and PRC signed a 25-year China-Iran Comprehensive Cooperation Plan to tap the potential for cooperation in areas such as economy and culture and map out prospects for cooperation in the long run. The United States has imposed sanctions on a number of PRC-based entities for supplying Iran’s missile, nuclear, and conventional weapons programs (...)” (Clayton, T, 2025, p. 13).

Recentemente, em março de 2025, e perante a crescente tensão no Médio Oriente, principalmente com o Estado de Israel, o Presidente Trump enviou uma carta com o objetivo de reabrir negociações, porém o líder supremo do Irão Ayatollah Ali Khamenei não viu com bons olhos este contacto afirmando criticamente que certos governos utilizam as negociações para impor as suas expectativas e não para resolver os verdadeiros problemas. Atualmente, o aumento da capacidade de enriquecimento de urânio e a opacidade das suas atividades nucleares suscitam receios quanto à possibilidade de uma corrida ao armamento nuclear no Médio Oriente, com países como a Arábia Saudita e Israel a manifestarem forte oposição a um eventual Irão nuclearizado. Adicionalmente, a crescente cooperação do Irão com potências como Rússia e China tem dificultado os esforços ocidentais para conter o avanço nuclear iraniano por meio da diplomacia e da imposição de sanções (Iran Watch, 2016).

⁹ Em dezembro de 2024, a AIEA comunicou um aumento substancial das atividades de enriquecimento de urânio do Irão o que aproxima o Irão do material para armas suscitando preocupações internacionais quanto ao potencial desenvolvimento de armas nucleares.

Outro fator determinante é a correlação entre o progresso tecnológico do Irão na esfera nuclear e o desenvolvimento de novas capacidades militares, nomeadamente mísseis balísticos e sistemas de drones, que aumentam as preocupações quanto à projeção de poder militar iraniano na região. Estes elementos reforçam a percepção de que a política nuclear iraniana não se restringe a um objetivo meramente pacífico, mas que se insere numa estratégia mais abrangente de dissuasão e de fortalecimento do regime num contexto regional volátil (Clayton, 2025).

3.2. Programa Balístico e Drones

De acordo com a premissa anterior, um fator determinante para a evolução militar do Irão é a estreita correlação entre os seus avanços na esfera nuclear e o desenvolvimento paralelo de mísseis balísticos e sistemas de drones. Estes progressos tecnológicos amplificam os receios quanto à crescente capacidade do Irão projetar poder para além das suas fronteiras. Longe de serem desenvolvidos isolados, sugerem que as ambições nucleares do país fazem parte de uma estratégia mais vasta de dissuasão, consolidação do poder e sobrevivência do regime num contexto cada vez mais volátil do MO. Neste sentido, porquê o desenvolvimento de mísseis e drones?

A força aérea iraniana é considerada envelhecida, depauperada e há uma frequente ocorrência de acidentes e de relatos dos mesmos. A morte de Ebrahim Raisi e Amir-Abdollahian sucedidas numa queda de helicóptero que se estimava ter quase 50 anos, quando estavam próximos da fronteira com o Azerbaijão foram uma chamada de atenção para o estado em que se encontrava a frota aérea iraniana. Deste modo, era forçosamente necessário resolver esta questão o mais rapidamente possível. Como solução, Teerão procurou aviões russos – seus conhecidos aliados – e chineses para colmatar o problema, porém estes esforços não preencheram, até então, as enormes lacunas nas capacidades aéreas do Irão (Thomas, 2024).

Apesar dos desafios, o Irão desenvolveu rapidamente a sua tecnologia de mísseis e drones nos mais recentes anos, particularmente, com um *boost* desde 2011 e uma maior ênfase a partir de 2015, justamente depois da assinatura do JCPOA. A procura desta tecnologia por parte do Irão é facilitada pela sua relativa simplicidade e baixo custo. O desenvolvimento do programa de mísseis do Irão é também, na sua maioria, motivado pela sua consciência dos efeitos devastadores que esta pode ter.

Desde 2015, o programa de mísseis balísticos iraniano tem sido um pilar central da sua estratégia militar. Apesar das restrições impostas pelo JCPOA (que limita principalmente as atividades nucleares, não os mísseis), o Irão continuou a desenvolver uma vasta gama de mísseis, incluindo balísticos de médio e longo alcance. O programa dá ênfase à dissuasão, à influência regional e à capacidade de responder às ameaças sentidas, especialmente por parte de Israel, da Arábia Saudita e das forças norte-americanas na região. Os principais desenvolvimentos incluíram avanços na precisão dos mísseis, no alcance e na capacidade de transportar várias ogivas. O programa balístico é frequentemente citado pela comunidade internacional, especialmente pelos EUA e países europeus, como uma grande preocupação para a segurança do Médio Oriente e para os esforços globais de não-proliferação (Barreto & Oliveira de Freitas, 2016).

A República Islâmica do Irão investiu em tecnologia de mísseis e de drones como parte da sua política externa revisionista. Teerão considera estes avanços tecnológicos como fundamentais para alterar o equilíbrio regional contra os EUA e Israel. Deste modo, a parceria longa conhecida entre o Irão e a Rússia e o patrocínio a atores não-Estatais na região representam interessantes pilares para reformular a ordem mundial e anunciar uma nova era, apesar de colocar a segurança regional em risco.

Neste contexto de parceria entre Teerão e Moscovo, em janeiro de 2025 os dois países assinaram um Tratado de Parceria Estratégica Abrangente, o que marca um passo importante no aprofundamento da sua cooperação bilateral.

O acordo de 20 anos, formalizado pelos presidentes Masoud Pezeshkian e Vladimir Putin, abrange a colaboração nas áreas política, económica, tecnológica e de segurança. As principais disposições incluem exercícios militares conjuntos, partilha de informações e cooperação no combate ao terrorismo, embora não inclua uma cláusula de defesa mútua. O Tratado também reforça a colaboração na área da energia, especialmente no desenvolvimento de petróleo, gás e energia nuclear, e visa contornar os sistemas financeiros ocidentais através do comércio em moedas nacionais. Além disso, expande a cooperação em áreas como *cibersegurança*, saúde, espaço e educação. O momento - pouco antes da posse de Donald Trump em 2025 - foi interpretado como uma mensagem estratégica de desafio às sanções ocidentais. Ratificado por ambos os países, o acordo ressalta uma mudança em direção à geopolítica multipolar, reforçando a resiliência do

Irão em relação ao isolamento e solidificando o papel da Rússia como um aliado importante na região (Vladimir, 2025; Azizi, 2025).

Em 2011, o Irão presenciou um grande impulso na sua tecnologia de drones devido à captura de um drone de reconhecimento americano RQ-170 Sentinal, um sistema aéreo não-tripulado (UAS) furtivo desenvolvido pela Força Aérea dos EUA para missões de reconhecimento e vigilância em apoio a operações de combate conjuntas, que entrou em espaço aéreo iraniano e se despenhou nele, provindo do Afeganistão. Concebido pelos Programas de Desenvolvimento Avançado da Lockheed Martin, o RQ-170 foi rapidamente desenvolvido para satisfazer as necessidades dos comandantes combatentes em termos de informação, vigilância e aquisição de alvos (U.S. Air Force, 2015). Sendo este modelo um dos mais avançados e furtivos, o Irão com o equipamento em sua posse estudou o aparelho, o seu funcionamento e tecnologia permitindo-lhe copiar a mesma e melhorar os seus próprios programas. Após este ano, o país começou uma elevada produção de equipamentos mais avançados e com características que antes desconheciam surgindo assim drones de longo alcance com capacidades de transportar bombas e mísseis (Shahed-129), drones utilizados em missões de vigilância e de ataque (Mohajer-6) e drones kamikaze utilizados atualmente no conflito russo-ucraniano (Shahed-136), uma vez que o Irão executa uma proliferação vertical favorecendo a Rússia com este tipo de equipamento (Anokhin & Faragasso, 2025; U.S. Air Force, 2015).

Neste contexto, considera-se que a captura do RQ-170 foi um ponto de viragem para o Irão, dando ao mesmo, acesso direto a tecnologia de ponta, impulsionando a sua indústria nacional de drones sem ter de desenvolver tudo de raiz.

Entre 2012 e 2015 vários importantes acontecimentos sucederam. O descrito anteriormente constituiu uma grande motivação para que o país comesse a investir intensivamente no desenvolvimento de drones nacionais, focando-se numa fase inicial em UAVs – veículos aéreos não tripulados – considerados uma prioridade para combater a vigilância no seu território imposta de maneira desagradável tanto pelos EUA como por Israel. Dois anos mais tarde, o Irão revelou um novo tipo de drone, o Shahed-129, essencialmente criado para o combate e reconhecimento, com características e alcances muito semelhantes ao drone americano MQ-1 Predator. Este novo drone foi idealizado para transportar mísseis guiados e realizar missões de longa duração, o que representou

um enorme avanço tecnológico para o Irão no domínio dos drones militares. (U.S. Air Force, 2015).

Todo este desenvolvimento levou a que em 2015, mesmo perante a assinatura do JCPOA, o país levasse a cabo uma expansão do uso destes equipamentos no Médio Oriente. O uso massivo nos teatros de guerra, tanto na Síria, como no Iraque, em apoio ao regime opressor de Bashar al-Assad e das milícias xiitas locais passam a garantir uma eficácia das forças iranianas mais concreta e proactiva levando os drones a serem “garantias de sucesso voadoras”. A sua utilização passa assim a ser uma ferramenta estratégica não só nos cenários sírio e iraquiano, mas também em *proxy warfare*, fornecendo drones a aliados regionais como o Hezbollah (no Líbano) e os Houthis (no Iémen) para que os regimes aliados ao iraniano se mantenham e atuem com mais autonomia. Começa então a fase de Expansão e Operacionalização. (International Institute For Strategic Studies, 2019).

Com o agravamento dos conflitos em 2015 no Médio Oriente o Irão começa uma nova abordagem. Durante este intervalo temporal, o país expandiu e operacionalizou significativamente as suas capacidades em matéria de drones, transformando o que antes era um programa essencialmente experimental e centrado na vigilância numa ferramenta eficaz de projeção de poder e de guerra assimétrica tendo uma preponderante ação nos conflitos existentes. Este período marca uma mudança estratégica na doutrina militar de Teerão impulsionada pela ambição de contrabalançar a superioridade militar convencional de adversários como os EUA, Israel e Arábia Saudita (Davenport, 2022).

Na sequência da escalada dos conflitos regionais, o Irão intensificou a implantação de UAVs para apoiar as forças aliadas e recolher informações. A introdução do drone Shahed-129, capaz de missões de longa duração e ataques de precisão, exemplificou esta mudança estratégica. Simultaneamente, o Irão apresentou o Mohajer-6, um UAV multifunções concebidas para missões de vigilância e ataque, capaz de transportar munições guiadas de precisão. Estes desenvolvimentos sublinharam o foco do Irão na integração de UAVs nas suas operações militares para compensar as limitações do poder aéreo convencional. Nos anos seguintes, 2017 e 2018 os UAVs do Irão tornaram-se instrumentais no apoio *proxies* em todo o Médio Oriente.

Um momento crucial no programa de drones iraniano ocorreu em setembro de 2019, num ataque às instalações de petróleo da Saudi Aramco, operação esta executada com o uso de UAV fornecidos pelo Irão e mísseis de cruzeiro através das forças Houthi, que causou interrupções significativas no fornecimento global de petróleo e mostrou a ameaça estratégica representada pelas capacidades destes veículos. Este evento realçou a capacidade do Irão para conduzir operações precisas e de grande impacto utilizando sistemas não tripulados, alterando assim o panorama da segurança regional e aumentando o risco da segurança coletiva, já que os restantes países se sentiram naturalmente, ameaçados. Em 2020, o Irão introduziu o Kaman-22, o seu primeiro drone de combate de corpo largo com um alcance de 3.000 km e uma duração de voo superior a 24 horas. Este UAV significou um salto na capacidade do Irão projetar poder em toda a região e para além desta. As capacidades do Kaman-22 sublinharam a ambição do Irão desenvolver uma frota robusta de drones capaz de missões de longo alcance, solidificando ainda mais os UAV como uma pedra angular da sua estratégia militar (Islamic World News, 2021).

Ao analisarmos o significado estratégico do programa de drones do Irão detetamos, tal como o estudo publicado na revista *Geopolitics* salienta, que a forma como o regime iraniano conceptualiza o seu programa de drones não apenas como uma ferramenta militar, mas como um meio de desafiar os interesses dos EUA e de promover uma agenda revisionista no Médio Oriente tem-se tornado um dos seus principais focos, no contexto de uma geopolítica autoritária (Shahram & Amin, 2025).

A ênfase em UAVs de longo alcance – projetados para alcançar Israel e as bases dos EUA no Golfo – refletia uma postura estratégica mais ampla. Os drones iranianos participaram cada vez mais em exercícios militares conjuntos com aliados regionais, reforçando a narrativa iraniana de autossuficiência e dissuasão militar. Notavelmente, esses UAVs também foram implantados em operações perto do Estreito de Ormuz e do Golfo Pérsico, destacando a sua relevância tática em pontos de estrangulamento geopolíticos importantes (Helou, 2025).

Em 2022 o Irão começou a exportar drones Shahed-136 para a Rússia, tendo sido posteriormente utilizados no conflito na Ucrânia. Estes drones, classificados como “*loitering munition*” ou drones *kamikaze*, ganharam notoriedade pela sua relação custo-eficácia e táticas de enxame. A sua utilização sublinhou o papel crescente do Irão como fornecedor mundial de drones e chamou a atenção para as fronteiras ténues entre a guerra

convencional e o conflito híbrido. Ao longo de 2023, o Irão continuou a produção em massa de UAV e drones *kamikaze* e a sua exportação. Em junho de 2023, a revelação do míssil hipersónico Fattah-1¹⁰ reforçou as preocupações ocidentais sobre a crescente sobreposição entre os programas de mísseis e drones do Irão. Mais tarde nesse ano, o Irão apresentou modelos de drones equipados com sistemas de guerra eletrónica e antirradar, assinalando um novo nível de sofisticação tecnológica. (Army Technology, 2023).

Entre 2024 e 2025, sob a Presidência de Masoud Pezeshkian, o Irão manteve e até expandiu o seu programa de drones, apesar das mudanças políticas internas. Drones equipados com navegação baseada em IA e recursos furtivos aprimorados entraram na fase de testes, confirmando a ambição do Irão competir na próxima geração de tecnologia de guerra. Estes UAVs continuam a ser cruciais para a influência estratégica de Teerão no Médio Oriente e no Norte de África, bem como para a sua parceria técnico-militar com Moscovo (Anokhin & Faragasso, 2025).

O programa de drones do Irão tornou-se, assim, uma pedra angular da sua doutrina de defesa e da sua projeção geopolítica, com sérias implicações para a estabilidade regional e para a dinâmica da segurança internacional o que destabiliza a balança de poder.

4. O Papel dos Drones na Estratégia Militar do Irão

4.1 O crescimento do uso de drones militares no Médio Oriente

O MO tornou-se uma das regiões mais saturadas de drones do mundo, refletindo uma mudança mais ampla na guerra moderna, em que os UAV desempenham um papel central. Um número crescente de atores- Estatais e não-Estatais- passou rapidamente do desenvolvimento e aquisição de drones armados para o emprego regular destas armas com efeitos letais aumentando de forma cabal o seu crescimento e utilização em meio militar, uma vez que, são mais económicos e precisos.

¹⁰ O Fattah é um míssil balístico hipersónico desenvolvido pelo IRGC para reforçar a dissuasão do país e a segurança regional. Revelado em novembro de 2022 e lançado em junho de 2023, o Fattah é capaz de escapar a sistemas avançados de defesa antimíssil devido à sua elevada velocidade, características furtivas e capacidade de manobra dentro e fora da atmosfera. Batizado de “Fattah”, que significa “vencedor” em árabe, representa um grande salto na tecnologia de mísseis do Irão. (Army Technology, 2023).

Esta proliferação reduziu o limiar do conflito, permitiu uma negação plausível dos ataques transfronteiriços e complicou as estratégias convencionais de dissuasão. Além disso, a utilização de drones na guerra assimétrica permitiu que atores mais fracos atingissem alvos estratégicos, contribuindo para uma nova forma de projeção de poder. A evolução das capacidades intensificou a necessidade de quadros atualizados de controlo de armamento e desarmamento que tenham em conta estas tecnologias disruptivas.

Os drones são cada vez mais onnipresentes na contrainsurreição e nos mais variados tipos de conflitos, especialmente no Médio Oriente como referido anteriormente. A capacidade de recolher informações secretas, de efetuar ataques contra alvos difíceis a um preço relativamente baixo e uma resistência impressionante, que lhes permite permanecer no local prestando apoio contínuo durante muitas horas de cada vez, faz deles a arma predileta de muitas forças armadas (ISPI, 2021).

Países como a Jordânia, o Iraque, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos (EAU) adquiriram drones armados principalmente à China, que, não sendo signatária do MTCR, enquanto regime multilateral de controlo de exportações, que oferece menos restrições à exportação. Esta acessibilidade permitiu uma rápida integração dos UAV nos seus arsenais militares. Por outro lado, nações como o Irão, Israel e a Turquia investiram no desenvolvimento de drones a nível interno, encarando-o como um meio de alcançar autonomia estratégica e reforçar o prestígio nacional.

O impacto operacional destes UAVs varia consoante a região. No Irão, Turquia e Emirados Árabes Unidos, a introdução de drones armados levou a uma mudança significativa nas doutrinas de poder aéreo. Estes países têm empregado UAVs para ataques extraterritoriais, recolha de informações e apoio a forças de procuração, aumentando assim o seu alcance estratégico e minimizando os riscos associados a missões tripuladas.

O Irão, em particular, tem utilizado drones como o Shahed-129 e o Mohajer-6 em conflitos na Síria e no Iraque, apoiando milícias aliadas e conduzindo operações de vigilância. A utilização destes UAVs permitiu a Teerão projetar poder e influenciar os conflitos regionais sem um envolvimento militar direto (RUSI, 2025).

A proliferação de drones armados também influenciou o comportamento de atores não-Estatais. Grupos como o Hezbollah e os Houthis ganharam acesso à tecnologia UAV, muitas vezes fornecida por Estados, permitindo-lhes realizar vigilância e ataques direcionados, complicando assim os paradigmas tradicionais de segurança.

Esta adoção e utilização generalizadas de drones armados sublinham uma mudança de paradigma na condução da guerra no Médio Oriente. A acessibilidade da tecnologia UAV, associada às suas vantagens estratégicas, reduziu o limiar para o envolvimento em conflitos e introduziu novos desafios à estabilidade regional e aos quadros de segurança internacional. Deste modo, é necessário um conhecimento, tanto das capacidades tecnológicas destes aparelhos, como da sua estratégia (Bassiri & Bronk, 2020; Borsari, 2021; ISPI, 2025).

4.2. Capacidade tecnológica e estratégias de drones iranianos

Identificar informações fiáveis sobre os sistemas não tripulados do Irão é um desafio, dada a falta constante de relatórios e transparência por parte do país. No entanto, apesar de anos de sanções e restrições à exportação, o Irão conseguiu desenvolver e fabricar os seus próprios UAVs, desenhando e construindo as suas próprias peças de drones de modo a não depender de fornecedores estrangeiros.

De acordo com um relatório da NATO publicado em abril de 2025, existem atualmente dois tipos de UAV armados produzidos pela República Islâmica do Irão: o Shahed-129, apresentado publicamente pela primeira vez em 2012, e o Mohajer-6, cuja produção em massa teve início em 2018. O design do primeiro demonstra uma forte inspiração no modelo israelita Hermes 450 – um modelo tático com várias multifunções de elevado desempenho, que possui uma capacidade de 300.000 horas de voo operacionais e um registo de segurança e fiabilidade líder na sua classe, (Elbit Systems, 2025) –, o que sugere que o Irão poderá ter tido acesso a um ou mais exemplares israelitas, eventualmente perdidos no contexto de uma missão secreta, e em conformidade com a prática habitual do país, é plausível que tenha sido realizada uma engenharia inversa com base nesse projeto estrangeiro. Atualmente, este UAV encontra-se ao serviço do IRGC, tendo sido avaliado como operacionalmente capaz para missões de ataque desde fevereiro de 2016 (Bassiri & Bronk, 2020).

No início de 2018, o Irão revelou a sua ambição de se afirmar como fornecedor de UAVs armados, sem estabelecer distinções claras entre atores Estatais e não-Estatais. Estes países e regimes, cuja instabilidade política é conhecida são um exemplo da procura constante de armamento como forma de manter viva a sua repressão, regimes opressores e força. Especificamente, existem indícios de que o país poderá ter fornecido drones armados ao Hamas, ao Hezbollah, aos Houthis e ao regime de Bashar al-Assad na Síria, ainda que as evidências disponíveis permaneçam limitadas e pouco conclusivas. O Hezbollah detém, ou terá detido, um modelo Shahed-129 equipado com mísseis Sadid-1. No entanto, apesar da comprovada posse de UAVs militares por parte do grupo, a sua utilização tem sido moderada, verificando-se recentemente uma preferência por drones comerciais (NATO, 2025; Chin, 2025).

O Shahed-129 é um UAV iraniano de média altitude e longa duração desenvolvido pela *Shahed Aviation Industries*, com uma autonomia de até 24 horas e uma capacidade de carga útil de 150 kg. Pode transportar até quatro mísseis antitanque Sadid 345 e está equipado com sensores EO/IR¹¹ e um designador laser. O seu alcance é limitado a 150 km devido à conectividade da estação de controlo terrestre (NATO, 2025). O Mohajer-6 é um drone iraniano desenvolvido pela *Ghods UAV Industries*, capaz de efetuar vigilância e ataques de precisão. Tem uma autonomia de 16-24 horas, uma capacidade de carga útil de 200 kg e está armado com mísseis guiados antitanque Sadid-345. Equipado com sensores EO/IR e um designador laser, permite efetuar operações diurnas e noturnas num raio de 150 km (Jeremy Binnie, 2018, in NATO, 2025).

Grande parte do desenvolvimento de UAVs no Irão tem sido promovido pela Divisão Aeroespacial do IRGC, sendo este, juntamente com as Forças Armadas e o Ministério da Defesa, um dos principais beneficiários desta tecnologia. O IRGC tem expressado com frequência o seu orgulho relativamente às capacidades nacionais nesta área. O Shahed-129, por exemplo, foi classificado como um marco tecnológico significativo. De forma geral, os UAVs são descritos como uma “*tecnologia inteligente, precisa e económica*”, capaz de “*substituir o trabalho de milhares de soldados, postos de controlo e outras estruturas fronteiriças frequentemente expostas a riscos e vulnerabilidades*” (Iran Project, 2017 in NATO).

¹¹ Dispositivos sofisticados utilizados para a deteção de gases em diversas indústrias e funcionam com base na absorção de luz infravermelha por gases específicos, permitindo medições precisas e confiáveis.

O Irão utiliza predominantemente os UAVs para enfrentar ameaças de natureza terrorista, sobretudo nas regiões fronteiriças, bem como em Estados vizinhos que Teerão considera incapazes ou desinteressados em combater eficazmente este tipo de ameaça. O Shahed-129, em particular, tem sido empregue em missões ofensivas contra alvos situados na Síria e no Iraque. No caso sírio, onde o Irão optou por não destacar aeronaves de combate tripuladas, foram realizados ataques com drones não apenas contra forças do Daesh e grupos rebeldes, mas também, em pelo menos uma ocasião, contra forças da coligação internacional.

4.3. Sanções, implicações para a segurança regional e a estabilidade geopolítica

Os avanços do Irão nas tecnologias de mísseis balísticos e de UAV, nomeadamente entre 2015 e 2025, associados à sua retirada do JCPoA, tiveram um impacto significativo na dinâmica da segurança regional e na estabilidade geopolítica mundial. Estes desenvolvimentos, já mencionados anteriormente, aumentaram as tensões no Médio Oriente, suscitando reações das potências mundiais e reformulando as alianças estratégicas.

O Irão desenvolveu um arsenal diversificado de mísseis balísticos de curto e médio alcance, que terá fornecido à Rússia para utilização na Ucrânia. Estes mísseis funcionam como um dissuasor estratégico, compensando as suas limitações militares convencionais. No entanto, a sua proliferação para atores não-estatais como o Hezbollah e os Houthis agrava as tensões regionais e compromete os esforços internacionais de não proliferação (Akbarzadeh, 2024).

O programa de UAV do Irão registou um crescimento significativo, com modelos que reforçam as suas capacidades de vigilância e ataque. Estes drones têm sido exportados o que leva à inevitável expansão da influência do Irão colocando desafios à segurança regional e coletiva. A utilização de drones iranianos em conflitos, como na Ucrânia, sublinha o seu valor estratégico e as complexidades que introduzem na guerra moderna.

A retirada dos EUA do JCPoA em 2018 e a subsequente retoma das atividades de enriquecimento de urânio por parte do Irão fizeram escalar as tensões nucleares e geopolíticas. Apesar das negociações em curso persistirem, os desacordos sobre os níveis de enriquecimento, com o Irão a afirmar o seu direito à energia nuclear pacífica e os EUA

a exigir limitações mais rigorosas levam a uma crescente tensão. Este impasse aumenta o risco de proliferação nuclear e desestabiliza a já volátil região do Médio Oriente.

A comunidade internacional reagiu com uma combinação de esforços diplomáticos e sanções. Os EUA impuseram sanções contra os programas de mísseis e de UAV do Irão, enquanto a UE manifestou a sua preocupação com as atividades regionais do Irão. A NATO sublinhou a necessidade de mecanismos de defesa coletiva para fazer face a potenciais ameaças decorrentes dos avanços militares iranianos (NATO, 2025).

Os EUA adotaram uma abordagem firme após se retirarem do JCPOA em 2018, impondo sanções ao setor de defesa iraniano, acusando Teerão de violar a Resolução 2231 da ONU. Entre 2022 e 2025, Washington sancionou entidades envolvidas na produção e exportação de drones Shahed-136, especialmente no contexto do conflito na Ucrânia, e reforçou a sua presença no Golfo em resposta a operações iranianas. As autoridades norte-americanas comprometeram-se a interromper cadeias de fornecimento que facilitem o acesso do Irão a tecnologias sensíveis (Virtual Embassy Tehran, 2025; U.S. Department of the Treasury, 2025).

A UE alinhou-se com os EUA, impondo sanções a indivíduos e entidades iranianas após a confirmação da utilização de UAVs iranianos na guerra na Ucrânia. As medidas incluíram o congelamento de bens, proibição de viagens e restrições financeiras. A UE também expressou frustração com a falta de transparência iraniana e o impacto desestabilizador destas tecnologias na Europa e no Médio Oriente (European Council, 2024).

A NATO, apesar de não manter relações diretas com o Irão, reconheceu as exportações militares iranianas como uma ameaça crescente, sobretudo após os ataques de 2019 à Aramco. O Secretário-Geral alertou para a interferência desestabilizadora de Teerão através de *proxies* como o Hezbollah e os Houthis. A NATO reforçou a cooperação com parceiros regionais e apostou em sistemas de defesa aérea no Médio Oriente (NATO, 2022; NATO, 2025).

Contudo, é importante analisarmos quais as implicações para a segurança regional e a estabilidade geopolítica, as quais os EUA, a UE e a Aliados NATO tentam combater através de sanções.

Primeiramente, estes desenvolvimentos levam a uma corrida ao armamento salientando o Dilema de Segurança descrito anteriormente. Os países, principalmente, os vizinhos do Irão, devido ao constante desenvolvimento por parte do país de novos tipos de armamento, sentem-se compelidos a reforçar as suas próprias capacidades militares, conduzindo a uma corrida ao armamento que poderá destabilizar ainda mais a região. Este ciclo vicioso que se apodera da região contribui para um ciclo sem vista à paz contribuindo para as desconfianças perpétuas. Estas desconfianças vão por consequência tributar-se em alianças globais entre países que vêm “inimigos” comuns (Marines, 2024)

Tendencialmente, o Irão tem histórico de se aliar a países como a Rússia o que pode alterar os equilíbrios de poder a nível mundial, colocando em causa a influência ocidental na região, que tem tendência de desaparecer progressivamente. Acrescenta-se ainda a problemática dos conflitos por procuração, ou seja, o apoio do Irão a grupos através do fornecimento de mísseis e drones que intensifica os conflitos em países como o Iémen, o Líbano e o Iraque, complicando os esforços de paz. A problemática desta temática acentua-se devido à motivação, pela qual o país continua a alimentar esta expansão: “(...) *Iran views its drone and missile technology as a means to turn the table on its adversaries and gain a competitive edge. Iran has shared this technology with various armed groups in the region, such as Hezbollah, Hamas, Yemen’s Houthis, and numerous Shiite militia groups in Iraq. Since the start of Israel’s war on Gaza, in late 2023, these groups have used drones and missiles extensively, to target both Israel and U.S. bases in the Middle East (...)*” (Akbarzadeh, 2024, p. 3).

Neste quadro preponderante de ameaça, conclui-se que a maior ameaça à segurança regional e à estabilidade política é e continuará a ser a ambição do Irão. O reforço da dissuasão estratégica iraniana assenta em sete características: i) o Irão considera os mísseis balísticos como instrumentos para compensar as suas limitações em armamento convencional, utilizando-os como dissuasores contra intervenções externas (EUA e Israel, particularmente); (Marines, 2024); ii) o estímulo que contribui para uma corrida ao armamento no Golfo, que atualiza a espiral de militarização regional e dificulta a estabilização do Médio Oriente; iii) a proliferação de atores não-Estatais (Hezbollah e Houthis) (IISS, 2022); iv) a ameaça à liberdade de navegação e segurança energética, dado que, a presença de mísseis costeiros e drones armados representam um risco direto à segurança das rotas marítimas globais (Dagres, 2024); v) a erosão dos regimes internacionais de controlo de armamento e o seu enfraquecimento, nomeadamente o

JCPoA e a Resolução 2231 do CSNU que compromete os esforços multilaterais de não-proliferação e enfraquece a credibilidade de Tratados internacionais; vi) a reconfiguração de alianças regionais e internacionais com uma crescente percepção da ameaça iraniana que aproxima em consequência os países Árabes a Israel visível por exemplo, na cooperação em defesa aérea; vii) os impactos diretos em conflitos extrarregionais, como é o caso da sua participação indireta na guerra ilegal de agressão Russa à Ucrânia são as principais e mais preocupantes implicações que se se apresentam e irão continuar a apresentar com a crescente hegemonia do Irão (McKenzie et al., 2023).

Com esta postura, o Irão contribui para um maior isolamento a nível internacional, tornando-se alvo sanções mais pesadas por parte dos países ocidentais e à possibilidade de confrontos armados. Isto é provado pelos recentes acontecimentos.

Recentemente, com os últimos acontecimentos, percebe-se o agravamento da situação da tensão entre os EUA, o Irão e Israel.

No dia 19 de junho de 2025, Israel atacou as instalações nucleares iranianas com o pretexto de perigo nuclear. A operação coordenada israelita, que envolveu a Mossad e a Força Aérea do país teve como alvo os sistemas de mísseis e as infraestruturas nucleares iranianos. Esta ofensiva, realizada, foi justificada pelo Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu como um ato necessário de autodefesa preventiva face à crescente ameaça iraniana. Em retaliação, o Irão lançou a **Operation True Promise 3**, tendo disparado mísseis balísticos drones contra alvos israelitas. Embora os danos tenham sido relativamente limitados em termos de vítimas, a magnitude simbólica e militar da resposta do Irão desestabilizou ainda mais o equilíbrio de segurança regional (Jazeera, Al., 2025).

Dias depois, a 22 de junho, o Presidente dos EUA Donald Trump ordenou a **Operation Midnight Hammer**, uma campanha de bombardeamentos estratégicos que teve como alvo três instalações nucleares iranianas importantes — Fordow, Natanz e Isfahan — usando mísseis de cruzeiro lançados por submarinos. Trump declarou publicamente que a missão foi um sucesso, tendo afirmado que esta terá “destruído totalmente” as ambições nucleares do Irão, retratando-a como uma medida decisiva para impedir o progresso de Teerão em direção a uma arma nuclear. Embora Trump insistisse que a mudança de regime não era o objetivo, a sua retórica sugeria objetivos estratégicos que visam enfraquecer o poder do Irão (Liptak, Herb, & Holmes, 2025).

O governo israelita apoiou fortemente a intervenção dos EUA, alegando que era essencial para neutralizar uma ameaça existencial. Em resposta, o Irão emitiu graves advertências, nomeadamente, a consideração de fechar o Estreito de Ormuz, um ponto de estrangulamento marítimo vital por onde passa quase 1/5 do petróleo mundial, como consequência da ofensiva americana.

Autoridades iranianas, incluindo comandantes do IRGC, afirmaram que mesmo ações simbólicas em Ormuz poderiam causar uma subida acentuada nos preços globais do petróleo. A comunidade internacional, particularmente a União Europeia, a Rússia e a China, expressaram profunda preocupação, tendo pedido moderação e um renovado envolvimento diplomático (RTP, 2025).

Estes desenvolvimentos destacam um momento crítico na arquitetura de segurança regional, onde a instabilidade política no Irão, a ameaça percebida de proliferação nuclear e a competição estratégica por pontos críticos convergiram para alimentar uma nova fase de militarização e confronto. O ciclo de provocação e retaliação ressalta a fragilidade da dissuasão na região e demonstra como as rivalidades geopolíticas podem rapidamente transformar-se em crises multidimensionais com implicações globais.

De modo, resumidamente estratégico:

1. Operações secretas israelitas combinadas com ataques aéreos → neutralização das capacidades de mísseis iranianos (justificadas como defesa preventiva por Netanyahu);
2. Retaliação iraniana → ataque com mísseis e drones a Israel;
3. Intervenção dos EUA → ataques aéreos a instalações nucleares do Irão sob administração Trump, justificados como forma de impedir a proliferação nuclear;
4. Ameaças de retaliação por parte de Teerão → promessa de bloquear Ormuz, reforçando a prontidão militar e causando alarme no mercado petrolífero mundial;
5. Efeitos geopolíticos globais em cadeia → destacamentos navais, sanções, advertências e apelos à diplomacia.

Para além disto, acrescenta-se ainda que, com a recente notícia da possibilidade do Irão desistir da assinatura do TNP saindo do mesmo, torna a ZLAN no Médio Oriente mais longe de ser uma realidade (Israel não é parte do TNP e prejudica estes esforços) criando claros desafios para a segurança regional, com a possibilidade de proliferação horizontal

com o Irão a fornecer material/tecnologia/armas aos seus proxies na região... Hamas, Houthis, Hezbollah, e outros atores não-estatais. A última coisa desejável é que o Irão e estes atores tenham material nuclear nas suas mãos (abre espaço ao terrorismo nuclear). (United Nations, 2005)

Conclui-se deste modo, que neste momento, o Médio Oriente é palco de inúmeras possibilidades de conflito sem um término possível de calcular o que torna a realidade da segurança mundial um cenário instável e imprevisível.

Conclusão e Recomendações

1.1. Conclusão

De forma sucinta, entre 2015 e 2025, a instabilidade política do Irão – impulsionada pela agitação interna, sanções económicas, crises de liderança e o colapso do JCPOA – desempenhou um papel decisivo na crescente militarização do país dando uma forte resposta à questão inicial “De que modo a instabilidade política no Irão contribuiu para a escalada do armamento militar?”. Conclui-se que, de facto, a repressão, a ambição de querer mostrar tanto aos seus *proxies*, como aos países do ocidente as alianças militares com países e fações que se encontram em conflito bélico, resumem a instabilidade no Irão, contribuindo para a escalada do armamento, uma vez que, o país vê nos materiais bélicos a força necessária para provar o seu poder, mesmo que isso coloque em causa e aumente a pressão interna.

O enfraquecimento institucional no Irão permitiu maior protagonismo à ala militar revolucionária (IRGC), que expandiu o fornecimento de armamento – nomeadamente drones e mísseis de curto alcance – a grupos como o Hezbollah, os Houthis e milícias xiitas no Iraque e na Síria. Isso agravou conflitos locais e aumentou a imprevisibilidade na região.

Como consequência clara, à medida que a pressão interna aumenta com o agravamento das mesmas (incluindo protestos populares, repressão política e crises económicas provocadas por sanções internacionais) o regime iraniano procurou legitimar-se internamente através do reforço do poder militar. O investimento no programa balístico e de UAVs serviu como uma demonstração de força, projeção de estabilidade, soberania face ao caos interno e de dissuasão, intensificando a corrida armamentista. Esta instabilidade e forma de dissuasão, repercutiu em toda a região, corroendo os equilíbrios estratégicos e aumentando a sensação de ameaça entre os Estados vizinhos, esclarecendo “Como é que esta instabilidade afetou a dinâmica de segurança regional e os equilíbrios estratégicos?”.

Outra resposta simples a esta questão é a de que o Irão usou a instabilidade presente como pretexto para legitimar a sua militarização perante a comunidade internacional. Argumentou que, cercado por inimigos e abandonado diplomaticamente, precisava de meios próprios para se defender e manter a influência regional, principalmente através das milícias e *proxies* no Líbano, Síria e no Iraque.

Resumindo, a instabilidade iraniana levou a uma escalada militar regional, com países como a Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Israel a reforçarem os seus sistemas de defesa antimíssil e a investirem em novas tecnologias militares. O receio de uma possível agressão ou de um desequilíbrio de forças – balança de poder – alimentou uma corrida ao armamento entre os principais atores regionais.

Perante estas questões, aliados ao estágio curricular desenvolvido e à experiência aí adquirida, - onde tive a oportunidade de assistir a reuniões com intervenções do Irão em matéria DNP – consegui, efetivamente, adquirir conhecimentos mais aprofundados da realidade do presente.

A proliferação do programa balístico e de drones no Médio Oriente, com destaque para o Irão, tem reduzido o limiar do conflito e desafiado os mecanismos tradicionais de dissuasão militar. Estas tecnologias permitiram que atores Estatais e não-Estatais, atingissem alvos estratégicos com maior eficácia, provocando uma crescente preocupação internacional quanto ao controlo de armamento. Com esta preocupação crescente é necessário manter um acompanhamento constante nesta matéria, função desempenhada pelo MNE.

Ao longo da elaboração do trabalho toda a informação que se reuniu sobre este tema atual, mostra e salienta a preocupação global com o comportamento despreocupado do Irão e da sua política de expansão de poder e o esforço que é feito, particularmente em reuniões entre todos os Estados, às quais tive oportunidade de assistir.

A análise aprofundada do programa de mísseis balísticos e UAVs do Irão, entre 2015 e 2025, permitiu tirar conclusões significativas sobre a sua influência na segurança regional e na estabilidade geopolítica do Médio Oriente. Foi possível identificar que o avanço militar do Irão, associado à sua saída do JCPoA, intensificou tensões com os países vizinhos e estimulou uma corrida ao armamento, além de desafiar os mecanismos internacionais de controlo da proliferação.

A nível estratégico, uma das lições centrais é a importância de acordos multilaterais duradouros que equilibrem as necessidades de soberania nacional com a transparência. A política externa adotada por atores como os EUA e a UE, mostrou-se eficaz em certos momentos, mas insuficiente perante a complexidade da proliferação tecnológica e da guerra híbrida.

A investigação revelou que a resposta internacional, embora coordenada, carece de ferramentas eficazes para lidar com a exportação de tecnologias militares para grupos não estatais e zonas de conflito externas, como o caso da Ucrânia.

Enquanto estudante de Mestrado do ISEG em Desenvolvimento e Cooperação Internacional considera-se que esta matéria e este estágio foram relevantes, tanto a nível de experiência profissional como académica.

Foi possível perceber que sem uma cooperação constante e predominante entre Estados e continentes, não é possível manter-se uma forte estabilidade pelos mais diversos acontecimentos do século atual. Estruturas fortes, instituições e organizações que cada vez mais, unam esforços, líderes e populações, para que, as condições globais, nomeadamente os ODS – a erradicação da pobreza, a fome zero, a igualdade de género, paz, justiça e instituições fortes e saúde e bem-estar – sejam tidos em conta e cumpridos é de uma importância extrema.

Porém, não é possível o garante destes mesmos, com um mundo palco constante de conflitos. A guerra de agressão ilegal da Rússia à Ucrânia, o conflito em Gaza, e a agressão entre Israel e o Irão são um entrave ao cumprimento de uma realidade mais sustentável. Com este pensamento desenvolvido ao longo de todo o percurso académico, com ênfase no período do Mestrado e aliado àquilo que observei durante o estágio através das matérias que acompanhei, o Irão apareceu como estudo de caso adequado.

O estágio, experiência que permitiu desenvolver novas formas de analisar situações e realidades de forma minuciosa, e a compreender como a cooperação entre os países em matéria de segurança e desarmamento é importante, provou ser uma experiência aliada ao Mestrado, uma vez que também neste se desenvolvem conhecimentos na área da cooperação e nas estratégias da mesma entre países.

Deste modo, a aliança entre ambos não só é possível como altamente estratégica demonstrando uma visão integrada das questões globais. Esta experiência complementa os estudos do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional no ISEG, uma vez que, destaca a ligação intrínseca entre paz, segurança e desenvolvimento sustentável. Compreender como os esforços de desarmamento e as negociações diplomáticas contribuem para a estabilidade regional permite apreciar a segurança como um pilar fundamental para uma cooperação eficaz para o desenvolvimento. Esta perspetiva integrada reforça a capacidade de abordar os desafios globais de forma holística,

reconhecendo que a promoção da cooperação e do desenvolvimento requer tanto estabilidade política como quadros internacionais robustos.

1.2. Sugestões para futuras pesquisas

Apesar do esforço em reunir e analisar dados relevantes sobre a instabilidade política no Irão e os seus efeitos na escalada armamentista e na segurança regional entre 2015 e 2025, este estudo enfrenta algumas limitações que importa reconhecer.

Em primeiro lugar, a limitação no acesso a fontes primárias e dados oficiais provenientes do Irão representa um desafio significativo. A natureza fechada do regime iraniano e o controlo rigoroso da informação dificultam a obtenção de dados exatos sobre o número de mísseis produzidos, a extensão real dos programas UAV, e os detalhes de acordos militares com outros atores, como a Rússia ou grupos não-estatais. Para além disso, há bastantes documentos disponíveis que carecem de tradução dificultando ou mesmo tornando impossível a sua análise.

A nível temporal, o estudo cobre a década entre 2015 e 2025. No entanto, muitos dos impactos geopolíticos das políticas atuais do Irão poderão manifestar-se após este período, o que restringe a capacidade prospetiva e avaliação a longo prazo.

Em termos metodológicos, o estudo optou por uma abordagem qualitativa, o que permitiu uma análise aprofundada dos discursos, ações e consequências geopolíticas. No entanto, a ausência de dados quantitativos e indicadores empíricos sobre escaladas militares limita a possibilidade de generalização ou modelação estatística.

Deste modo, sugere-se os seguintes ajustes para futuras pesquisas:

- Realização de estudos comparativos entre o Irão e outros países com programas balísticos em contextos instáveis (como a Coreia do Norte ou o Paquistão), para analisar padrões comuns e divergentes.
- Investigação do impacto da cooperação militar Irão-Rússia no equilíbrio estratégico global, nomeadamente nas relações com a China, a UE e os EUA.
- Estudos mais focados no papel dos atores não-Estatais aliados do Irão (como o Hezbollah ou os Houthis) e como estes amplificam a influência iraniana na região.

- Integração de dados quantitativos sobre despesas militares, exportações de drones e frequência de ataques com UAVs, para complementar a análise qualitativa.
- Exploração do impacto das sanções económicas no desenvolvimento tecnológico militar iraniano, especialmente após a retirada dos EUA do JCPOA.

Bibliografia

- Akbarzadeh, S. (2024). *Iran's Missile and Drone Program: Disrupting U.S. Aerial Hegemony*. Doha, Qatar, Middle East Council on Global Affairs.
- Al-Sayed, S. (2023, February 23). *How civil society can help monitor and verify nuclear arms control*. Bulletin of the Atomic Scientists. <https://thebulletin.org/2023/02/how-civil-society-can-help-monitor-and-verify-nuclear-arms-control/>
- Amnistia Internacional. (2025). *ContentKeeper Content Filtering*. Amnistia.pt. <https://www.amnistia.pt/europa-homenagem-a-mahsa-amini-e-ao-movimento-mulher-vida-liberdade/>
- Andersen, M. S., 2018. *Balance of Power*. UK: John Wiley & Sons, Ltd.
- Anokhin, I., & Faragasso, S. (2025). *May 2025 Updated Analysis of Russian Shahed 136 Deployment Against Ukraine*. https://isis-online.org/uploads/isis-reports/documents/May_2025_Updated_Analysis_of_Russian_Shahed_136_Deployment_Against_Ukraine_FINAL.pdf
- Arms Control Association. (2006). *BWC 2006: Building Transparency Through Confidence Building Measures* | Arms Control Association. Armscontrol.org. <https://www.armscontrol.org/act/2006-07/features/bwc-2006-building-transparency-through-confidence-building-measures>
- Arms Control Association. (2018). *Fissile Material Cut-off Treaty (FMCT) at a Glance* | Arms Control Association. Armscontrol.org. <https://www.armscontrol.org/factsheets/fissile-material-cut-treaty-fmct-glance>
- Army Technology. (2023). *Fattah Hypersonic Ballistic Missile, Iran*. Army Technology. <https://www.army-technology.com/projects/fattah-hypersonic-ballistic-missile-iran/>
- Azizi, H. (2025, June 16). *Strategic Transactionalism: The Iran-Russia Partnership*. Middle East Council on Global Affairs. <https://mecouncil.org/publication/strategic-transactionalism-the-iran-russia-partnership/>
- Bassiri Tabrizi, A., & Bronk, J. (2018, December 17). *Armed Drones in the Middle East: Proliferation and Norms in the Region*. <https://rusi.org/explore-our-research/publications/occasional-papers/armed-drones-middle-east-proliferation-and-norms-region>

- Borsari, F. (2021). The Middle East's Game of Drones: The Race to Lethal UAVs and Its Implications for the Region's Security Landscape. *ISPI*.
<https://www.ispionline.it/en/publication/middle-easts-game-drones-race-lethal-uavs-and-its-implications-regions-security-landscape-28902>
- Chin, J. (2025, May 6). *Is Iran's sharp power waning?* The Loop.
https://theloop.ecpr.eu/is-irans-sharp-power-waning/?utm_source=chatgpt.com
- Clayton, T. (2025). Iran: Background and U.S. Policy. In *MyBib*.
<https://www.mybib.com/#/projects/Zk1V99/citations>
- Council of the European Union. (2019a). *Iran: Council broadens EU restrictive measures in view of Iran military support of Russia's war of aggression against Ukraine and armed groups in the Middle East and Red Sea region*. Consilium.
<https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2024/05/14/iran-council-broadens-eu-restrictive-measures-in-view-of-iran-military-support-of-russia-s-war-of-aggression-against-ukraine-and-armed-groups-in-the-middle-east-and-red-sea-region/>
- Council of the European Union. (2019b). *Iran: Council sanctions 6 persons and 5 entities under the framework for restrictive measures in view of Iran's military support of Russia's war of aggression against Ukraine*. Consilium.
<https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2023/12/11/iran-council-sanctions-6-persons-and-5-entities-under-the-framework-for-restrictive-measures-in-view-of-iran-s-military-support-of-russia-s-war-of-aggression-against-ukraine/>
- Council on Foreign Relations. (2024a, September 9). *The UN Security Council*. Council on Foreign Relations. <https://www.cfr.org/background/un-security-council>
- Council on Foreign Relations. (2024b, October 25). *The Threat of Regional Military Expansion in the Middle East*. Council on Foreign Relations.
<https://www.cfr.org/event/threat-regional-military-expansion-middle-east>
- Dagres, H. (2024, April 2). *Iranian drones have proliferated under US watch*. Atlantic Council. <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/iransource/iran-drones-uavs-proliferation-us-policy/>
- Davenport, K. (2022, March). *The Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA) at a Glance | Arms Control Association*. [Www.armscontrol.org. https://www.armscontrol.org/factsheets/joint-comprehensive-plan-action-jcpoa-glance](https://www.armscontrol.org/factsheets/joint-comprehensive-plan-action-jcpoa-glance)

- Department State USA. (2019). *Milestones: 1945–1952 - Office of the Historian*. State.gov. <https://history.state.gov/milestones/1945-1952/baruch-plans>
- Diário da República. (2025). *Aprova a orgânica da Direção-Geral de Política Externa - Decreto Regulamentar n.º 11/2012*. Diariodarepublica.pt. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-regulamentar/2012-114581114>
- Elbit Systems. (2025). *Hermes™ 450* | Elbit. Elbitsystems.com. <https://www.elbitsystems.com/autonomous/aerial/tactical-uas/hermes-450>
- European Council. (14/10/2024). *Iran: seven individuals and seven entities sanctioned in response to Iran's missile transfer to Russia*. Brussels: Consilium. <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2024/10/14/iran-seven-individuals-and-seven-entities-sanctioned-in-response-to-iran-s-missile-transfer-to-russia/>
- Freedom House. (2024). *The Mounting Damage of Flawed Elections and Armed Conflict Highlights from Freedom House's annual report on political rights and civil liberties*. https://freedomhouse.org/sites/default/files/2024-02/FIW_2024_DigitalBooklet.pdf
- General Assembly. (n.d.). *Annex I -Nuclear-related measures A. GENERAL*. Retrieved May 6, 2025, from https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/annex_1_nuclear_related_commitments_en.pdf
- Gillis, M., & United Nations. Office for Disarmament Affairs. (2017). *Disarmament: a basic guide*. USA: United Nations.
- GOV. (2024). gov.pt. Wwww.gov.pt. <https://www.gov.pt/entidades/direcao-geral-de-politica-externa>
- Helou, A. (2025, April 9). *Iranian official says Tehran plans to establish new drone bases: Reports*. Breaking Defense. <https://breakingdefense.com/2025/04/iranian-official-says-tehran-plans-to-establish-new-drone-bases-reports/>
- Herz, J. (1950). *Idealist Internationalism and the security Dilemma* (Vol. 2). Cambridge, England: The Johns Hopkins University Press.
- Human Rights Watch. (2023, January 12). *Iran: Brute Force Used in Crackdown on Dissent*. Human Rights Watch. <https://www.hrw.org/news/2023/01/12/iran-brute-force-used-crackdown-dissent>

- Human Rights Watch. (2024, January 11). *Iran: Events of 2023*. Human Rights Watch.
<https://www.hrw.org/world-report/2024/country-chapters/iran>
- Huntington, S. P. (1968). Political Order in Changing Societies. *Foreign Affairs*, 76(5), 215. <https://doi.org/10.2307/20048214>
- IAEA. (2003). *INFCIRC/140 - Treat on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons*.
https://www.iaea.org/sites/default/files/publications/documents/infcircs/1970/inf_circ140.pdf
- IISS. (2022). *The International Institute for Strategic Studies Addressing the Iranian Missile Threat: A Regional Approach to Risk Reduction and Arms Control*.
<https://www.iiss.org/globalassets/media-library---content--migration/files/research-papers/2022/03/addressing-the-iranian-missile-threat-a-regional-approach-to-risk-reduction-and-arms-control.pdf>
- International Atomic Energy Agency. (2016, June 8). *History | IAEA*. Iaea.org;
<https://www.iaea.org/about/overview/history>
- International Institute for Strategic Studies. (2019). *Iran's networks of influence in the Middle East*. London, England: International Institute of Strategic Studies.
- Iran Watch. (2016). *A History of Iran's Nuclear Program | Iran Watch*. Iranwatch.org.
<https://www.iranwatch.org/our-publications/weapon-program-background-report/history-irans-nuclear-program>
- Islamic World News. (2021, March 8). *Military Knowledge: Kaman 22 Combat Drone* -
<https://english.iswnews.com/17798/military-knowledge-kaman-22-combat-drone/>
- ISPI. (2021, January 14). *The Middle East's Game of Drones: The Race to Lethal UAVs and Its Implications for the Region's Security Landscape*.
<https://www.ispionline.it/en/publication/middle-east-s-game-drones-race-lethal-uavs-and-its-implications-regions-security-landscape-28902>
- Jazeera, Al. (2025, June 19). *Israel-Iran conflict: List of key events, June 19, 2025*.
<https://www.aljazeera.com/news/2025/6/19/israel-iran-conflict-list-of-key-events-june-19-2025>
- Jones, P. (1998). *The Nonproliferation Review/Fall*.
<https://www.nonproliferation.org/wp-content/uploads/npr/jone61.pdf>
- Kaplan, R. (2022). *A Vingança da Geografia*. Clube do Autor, Portugal.
- Katzman, K. (2010). *Iran Sanctions*. United States of America: DIANE Publishing.

- Liptak, K., Herb, J., & Holmes, K. (2025, June 22). *How Trump quietly made the historic decision to launch strikes in Iran*. CNN. <https://edition.cnn.com/2025/06/22/politics/trump-iran-strike-decision-inside>
- Luxemburg Stiftung, R. (2024). *Atlas of Disarmament- facts and figures against the wars of today and tomorrow 2024*. Atlas Manufaktur.
- Marines. (2024). *MES Insights*, vol. 15, no. 4. Usmcu.edu. <https://www.usmcu.edu/Outreach/Marine-Corps-University-Press/MES-Publications/MES-Insights/MES-Insights-vol-15-no-4/>
- Marshall, T. (2016). *Prisoners of Geography: Ten Maps That Explain Everything About the World*. Scribner.
- Masters, J., & Merrow, W. (2024, November 26). *What Is Iran's Nuclear and Missile Capabilities?* Council on Foreign Relations. <https://www.cfr.org/article/what-are-irans-nuclear-and-missile-capabilities>
- McGlinchey, S. (2025, February 14). *Iran's Nuclear Ambitions under the Shah and Ayatollahs: Strikingly Analogous but More Dangerous*. E-International Relations. <https://www.e-ir.info/2025/02/14/irans-nuclear-ambitions-under-the-shah-and-ayatollahs-strikingly-analogous-but-more-dangerous/>
- McKenzie, K., Spleeters, D., & Lincy, V. (2023, April 24). *Iran's Military Drone Program: Security Implications and Policy Responses*. The Washington Institute. <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/irans-military-drone-program-security-implications-and-policy-responses>
- Mortlock, D. (2020, May). *Trump's JCPOA Withdrawal Two Years On: Maximum Pressure, Minimum Outcomes*. Atlantic Council; https://www.atlanticcouncil.org/wp-content/uploads/2020/05/AC_Trump%E2%80%99s-JCPOA-Withdrawal-Two-Years-On_David-Mortlock.pdf
- Mr. Ari Aisen, & José, F. (2011). *How Does Political Instability Affect Economic Growth?* International Monetary Fund.
- Nations, U. (2023a). *A New Agenda for Peace*. <https://peacemaker.un.org/sites/default/files/document/files/2024/08/our-common-agenda-policy-brief-new-agenda-peace-en.pdf>

- Nations, U. (2023b). *UN Security Council Resolutions on Iran | Arms Control Association*. Armscontrol.org. <https://www.armscontrol.org/factsheets/un-security-council-resolutions-iran>
- NATO (2025, April 16). NATO PA. <https://www.nato-pa.int/document/2025-irans-threat-regional-and-euro-atlantic-security-gsm-report>
- OCDE [Organisation for Economic Co-operation and Development] (2011). *Supporting Statebuilding in Situations of Conflict and Fragility*. OECD Publishing.
- Osay, O. F. (2025). *View of global dilemma of nuclear proliferation: the case of iran*. Wissjournals.com.ng. <https://wissjournals.com.ng/index.php/wiss/article/view/230/214>
- Rehman, J., & Human, UN. (2023, February 7). *Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran: report of the Special Rapporteur on the Situation of Human Rights in the Islamic Republic of Iran, Javaid Rehman*. United Nations Digital Library System; UN. <https://digitallibrary.un.org/record/4005175?v=pdf#files>
- RTP. (2025, June 23). *Fecho do Estreito de Ormuz vai colocar forte pressão na economia mundial*. Fecho Do Estreito de Ormuz Vai Colocar Forte Pressão Na Economia Mundial. https://www.rtp.pt/noticias/economia/fecho-do-estreito-de-ormuz-vai-colocar-forte-pressao-na-economia-mundial_a1664092
- RUSI. (2025). *Iran*. RUSI | Armed Drones in the Middle East. <https://drones.rusi.org/countries/iran/>
- Security Council. (2015). *Resolução n.º 2231 (2015)*. <https://www.io.gov.mo/pt/legis/int/rec/1787>
- Shahram, Akbarzadeh, & Amin, Naeni (2025). Iranian Drones at the Service of Authoritarian Geopolitics. *Geopolitics*, 1–25. <https://doi.org/10.1080/14650045.2025.2468769>
- Shea, T. (2020). *Verifying nuclear disarmament*. USA: Routledge.
- Sidel, V. W., & Levy, B. S. (2007). Proliferation of Nuclear Weapons: Opportunities for Control and Abolition. *American Journal of Public Health*, 97(9), 1589–1594. <https://doi.org/10.2105/ajph.2006.100602>
- SIPRI. (n.d.). *The top 15 military spenders, 2022 | SIPRI*. Wwww.sipri.org. <https://www.sipri.org/visualizations/2023/top-15-military-spenders-2022>
- SIPRI. (2024). *SIPRI- Yearbook 2024, Armaments, Disarmament and International-Summary*. SIPRI.

- SIPRI. (2025). *SIPRI Fact Sheet KEY FACTS*.
https://www.sipri.org/sites/default/files/2025-04/2504_fs_milex_2024.pdf
- Stiftung, R. L. (2024). *Atlas of Disarmament* (1st ed.).
- Taylor, J., & Guilmartin, J. (2019). Military aircraft - Unmanned aerial vehicles (UAVs)
 | Britannica. In *Encyclopædia Britannica*.
<https://www.britannica.com/technology/military-aircraft/Unmanned-aerial-vehicles-UAVs>
- Thomas, C. (2024, December 30). *Iran: Background and U.S. Policy*. Congress.gov.
<https://www.congress.gov/crs-product/R47321>
- Thompson, K. W. (2024, February 5). *Arms Control*. Encyclopedia Britannica.
<https://www.britannica.com/topic/arms-control>
- U.S. Air Force. (2015a). *RQ-170 Sentinel*. <https://www.af.mil/About-Us/Fact-Sheets/Display/Article/2796993/rq-170-sentinel/>
- U.S. Air Force. (2015b, September 23). *MQ-1B Predator*. U.S. Air Force.
<https://www.af.mil/About-Us/Fact-Sheets/Display/Article/104469/mq-1b-predator/>
- U.S. Department of State. (2024, September 23). *Joint Statement on the Friends of a Fissile Material Cut-Off Treaty - United States Department of State*. United States Department of State. <https://2021-2025.state.gov/joint-statement-on-the-friends-of-a-fissile-material-cut-off-treaty/>
- U.S. Department of the Treasury. (2025, April). *The Departments of Treasury and Justice Take Action Against Iranian Weapons Procurement Network*. U.S. Department of the Treasury. <https://home.treasury.gov/news/press-releases/sb0066>
- United Nations. (1995). *Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT)* – UNODA. United Nations Office for Disarmament Affairs.
<https://disarmament.unoda.org/wmd/nuclear/npt/text/>
- United Nations. (2005, April 13). *United Nations Treaty Collection* Treaties.un.org.
https://treaties.un.org/pages/ViewDetailsIII.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XVIII-15&chapter=18&Temp=mtdsg3&clang=_en
- United Nations. (2013, September). *Iran's new President proposes immediate "time-bound" talks on nuclear issues*. UN News Global Perspective Human Stories.
<https://news.un.org/en/story/2013/09/450312>
- United Nations. (2015a). *Background Information*.
<https://www.un.org/en/conf/npt/2015/pdf/background%20info.pdf>

- United Nations. (2015b). *Resolution 2231 (2015) on Iran Nuclear Issue | Security Council*. <https://main.un.org/securitycouncil/en/content/2231/background>
- United Nations. (2020). *Collective Security System*. https://unrcca.unmissions.org/sites/default/files/4-unrcca_handout_collective_security_system_eng_2020.pdf
- United Nations. (2022). Disarmament. *United Nations*. <https://www.un.org/en/global-issues/disarmament>
- United Nations: UK. (2021, December 10). *Document Viewer*. Un.org. <https://docs.un.org/en/NPT/CONF.2020/WP.34>
- Virtual Embassy Tehran. (2025, April 2). *Sanctions Target Iran's UAV and Ballistic Missile Procurement Networks*. U.S. Virtual Embassy Iran. <https://ir.usembassy.gov/sanctions-target-irans-uav-and-ballistic-missile-procurement-networks/>
- Vladimir Isachenkov. (2025, January 17). *Russia and Iran sign a partnership treaty to deepen their ties in the face of Western sanctions*. AP News. <https://apnews.com/article/russia-putin-iran-pezeschkian-treaty-partnership-71a20990373851741d1fe76a81699036>
- Woolf, A. (2023). The Past and Future of Bilateral Nuclear Arms Control. *UNIDIR Nuclear Dialogue Series*, 9. <https://doi.org/10.37559/wmd/23/ddac/01>. Geneva, Switzerland.